

Tegma Gestão Logística S.A.

**Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	9
Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas	11
Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidadas	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas	13
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas – método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas– informação suplementar	16
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	17

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Tegma Gestão Logística S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia")**, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Tegma Gestão Logística S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Companhia** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19, com os montantes envolvidos de receita líquida em 31 de dezembro de 2020 são de R\$ 1.181.902 mil (controladora) e R\$ 1.347.320 mil (consolidado), temos que o reconhecimento de receita envolve controles com o objetivo de assegurar a integridade dos registros das transações, condicionando ao momento adequado em que os serviços são prestados e reconhecidos pelo cliente. Considerando o volume de transações envolvidas, portfólio de serviços de transporte, gestão logística e armazenamento, situação geográfica de logística e atendimento aos clientes, o reconhecimento da receita envolve uma alta dependência do funcionamento adequado dos controles internos determinados pela **Companhia** e suas controladas. Nesse sentido, com base na relevância da dependência e funcionamento dos referidos controles, e do impacto que eventual ausência de funcionamento desses controles, poderiam trazer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Avaliação dos controles internos dos ciclos significativos relacionados ao reconhecimento de receitas, incluindo: base de contratos com clientes em relação ao serviço a ser prestado e preço negociado; gestão de fretes relacionados e de serviços prestados; conferências dos registros contábeis;
- Teste documental, em bases amostrais, de conferência de documento fiscal de embarque e transporte e serviços realizados;
- Teste de integridade de base de dados de receitas com os registros contábeis;
- Testes relacionados a lançamentos manuais realizados;
- Procedimentos analíticos sobre receita, considerando: análise de indicadores-chave do negócio, prazo médio de recebimento de vendas, alinhamento de expectativas desenvolvidas com o realizado; e
- Avaliação da adequada divulgação das informações em notas explicativas das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos processos de reconhecimento da receita da **Companhia** e suas controladas, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises e entendimento, consideramos que o reconhecimento da receita da **Companhia**, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, estão adequadas, no contexto das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Avaliação de *impairment* ativo imobilizado e intangível, principalmente àqueles com vida útil indefinida

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11 às demonstrações contábeis consolidadas, a **Companhia** possui ativo imobilizado e intangível, nos montantes de R\$ 81.722 mil (controladora) e de R\$ 202.117 mil (consolidado) e R\$ 162.218 mil (controladora) e R\$ 170.769 mil (consolidado), respectivamente, em 31 de dezembro de 2020. A maior parte dos bens e direitos envolvidos estão relacionados as suas operações mercantis das UGCs e incluem ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, cujo valor recuperável deve ser avaliado anualmente, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 01(R1)/IAS36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Já os demais ativos no caso de existência de indícios de *impairment*. Conforme mencionado nas referidas notas explicativas, a **Companhia** e suas controladas realizam teste de *impairment*, o qual envolve alto grau de julgamento de estimativas por parte da Administração, baseado no método do fluxo de caixa descontado, o qual leva em consideração diversas premissas, tais como: taxa de desconto, projeção de inflação, crescimento econômico, entre outros. Sendo assim, esse assunto foi considerado pela auditoria, como uma área de risco devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas e julgamentos envolvidos na elaboração dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, tais como projeções de demanda de mercado, margens operacionais e taxas de desconto que podem alterar significativamente a expectativa de realização dos referidos ativos.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação quanto à indícios internos ou externos que pudessem trazer evidências da ocorrência de desvalorização dos ativos;
- Utilização de profissionais especializados para auxiliar na revisão do teste de recuperabilidade dos ativos, avaliando as premissas e metodologia usadas pela Administração da **Companhia** e suas controladas em conjunto com seus especialistas externos contratados para elaboração dos relatórios de análise;
- Contínuo desafio das premissas utilizadas pela Administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, tais como: crescimento de receitas, custos e despesas, e diversos outros indicadores de inflação e de preços; e
- Avaliação se as divulgações requeridas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram apropriadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela **Companhia** para avaliar o valor recuperável dos referidos ativos, estando as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, apropriadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da **Companhia** e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da **Companhia** e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Companhia** e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia** e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia** e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2021.



***BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1***

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Tegma Gestão Logística S.A.**Balancos patrimoniais****Em 31 de dezembro de 2020 e 2019****Em milhares de Reais**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	211.363	36.764	260.387	67.332
Contas a receber de clientes	6	176.106	220.464	212.138	261.173
Estoques (almoxarifado)		-	-	82	75
Imposto de renda e contribuição social		-	-	829	1.130
Impostos e contribuições a recuperar	8	31.920	104.325	33.989	106.280
Demais contas a receber	7	5.101	4.613	8.266	6.687
Partes relacionadas	24	329	884	182	684
Instrumentos financeiros derivativos	4	-	3.739	-	3.739
Despesas antecipadas		1.113	1.491	1.834	1.972
Total do ativo circulante		425.932	372.280	517.707	449.072
Demais contas a receber	7	1.010	527	2.314	1.832
Impostos e contribuições a recuperar	8	6.270	6.384	9.544	9.689
Partes relacionadas	24	1.115	1.115	1.115	1.115
Títulos e valores mobiliários	2.i	-	-	3.956	2.600
Ativo fiscal diferido	15	755	-	14.675	16.910
Depósitos judiciais	14	11.821	11.486	15.140	14.452
Total do realizável a longo prazo		20.971	19.512	46.744	46.598
Investimentos	9	257.385	250.900	38.092	38.343
Imobilizado	10	81.722	85.403	202.117	209.033
Intangível	11	164.218	164.402	170.769	171.446
Direito de uso	26	54.858	53.758	51.503	70.929
Total do ativo não circulante		579.154	573.975	509.225	536.349
Total do ativo		1.005.086	946.255	1.026.932	985.421

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	12	43.764	61.022	43.764	61.022
Debêntures	12	25.047	25.130	25.047	25.130
Arrendamento	26	23.975	14.910	26.980	28.867
Fornecedores		2.288	1.981	2.889	2.499
Fretes a pagar		24.363	31.471	28.379	33.813
Tributos a recolher		13.974	16.946	16.433	19.414
Salários e encargos sociais	13	17.876	23.256	20.741	26.263
Demais contas a pagar	16	24.054	23.585	30.588	29.637
Partes relacionadas	24	150	148	73	72
Imposto de renda e contribuição social	15	8.062	41.006	10.951	41.998
Total do passivo circulante		183.553	239.455	205.845	268.715
Empréstimos e financiamentos	12	125.000	30.000	125.000	30.000
Debêntures	12	-	25.005	-	25.005
Arrendamento	26	38.730	42.809	33.561	48.055
Partes relacionadas	24	539	542	559	542
Passivo fiscal diferido	15	-	2.759	-	2.759
Provisões para demandas judiciais	14	30.151	30.606	33.878	35.266
Passivo atuarial	13	2.450	-	2.450	-
Total do passivo não circulante		196.870	131.721	195.448	141.627
Capital social		318.524	144.469	318.524	144.469
Reservas de capital		-	174.055	-	174.055
Reservas de lucros		295.557	256.903	295.557	256.903
Ações em tesouraria		(342)	(342)	(342)	(342)
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.617)	(6)	(1.617)	(6)
Dividendos adicionais propostos		12.541	-	12.541	-
		624.663	575.079	624.663	575.079
Participação dos não controladores		-	-	976	-
Total do patrimônio líquido	17	624.663	575.079	625.639	575.079
Total do passivo e patrimônio líquido		1.005.086	946.255	1.026.932	985.421

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida dos serviços prestados	19	828.437	1.181.902	1.012.035	1.347.320
Custo dos serviços prestados	20	(673.099)	(920.319)	(811.900)	(1.060.475)
Lucro bruto		155.338	261.583	200.135	286.845
Despesas gerais e administrativas	20	(81.697)	(83.190)	(83.274)	(84.959)
Despesas comerciais	20	(435)	(478)	(866)	(478)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(67)	(96)	(60)	2.109
Outras receitas (despesas) líquidas	21	(14.359)	38.903	(16.002)	36.098
Resultado operacional		58.780	216.722	99.933	239.615
Resultado de equivalência patrimonial	9	34.962	21.005	6.276	2.986
Receitas financeiras	22	22.365	44.982	24.082	46.530
Despesas financeiras	22	(32.313)	(21.365)	(33.239)	(23.833)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(9.948)	23.617	(9.157)	22.697
Lucro antes dos impostos		83.794	261.344	97.052	265.298
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	15	(12.852)	(67.364)	(23.237)	(72.099)
Diferido	15	2.684	(8)	(306)	773
Lucro líquido do exercício		73.626	193.972	73.509	193.972
Atribuível aos:					
Acionistas controladores				73.626	193.972
Acionistas não controladores				(117)	-
				73.509	193.972
Lucro líquido por ação:					
Lucro por ação - básico (em R\$)	23			1,12	2,94
Lucro por ação - diluído (em R\$)	23			1,12	2,94

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.626	193.972	73.509	193.972
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	9	463	9	463
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(3)	(158)	(3)	(158)
Constituição de passivo atuarial	2.450	-	2.450	-
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	(833)	-	(833)	-
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	1.623	305	1.623	305
Resultado abrangente total	75.249	194.277	75.132	194.277
Atribuível aos:				
Acionistas controladores			75.249	-
Acionistas não controladores			(117)	-
			75.132	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital Ágio na subscrição de ações	Reservas de lucros Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2019	144.469	(342)	174.055	28.894	25.966	83.335	-	(311)	28.306	484.372	-	484.372
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	193.972	-	-	193.972	-	193.972
Outros resultados abrangentes:												
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	463	-	463	-	463
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	(158)	-	(158)	-	(158)
Incentivos fiscais	-	-	-	-	17.739	-	(17.739)	-	-	-	-	-
Destinação:												
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	176.233	(176.233)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(75.264)	-	-	(28.306)	(103.570)	-	(103.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	144.469	(342)	174.055	28.894	43.705	184.304	-	(6)	-	575.079	-	575.079
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	73.626	-	-	73.626	-	73.626
Integralização de capital	174.055	-	(174.055)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:												
Resultado com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	9	-	9	-	9
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)	-	(3)
Constituição de passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	(2.450)	-	(2.450)	-	(2.450)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	-	-	-	-	-	-	-	833	-	833	-	833
Incentivos fiscais	-	-	-	-	14.533	-	(14.533)	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	976	976
Destinação:												
Constituição de reservas	-	-	-	3.681	-	55.412	(59.093)	-	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(34.972)	-	-	12.541	(22.431)	-	(22.431)

Saldos em 31 de dezembro de 2020

318.524	(342)	-	32.575	58.238	204.744	-	(1.617)	12.541	624.663	976	625.639
---------	-------	---	--------	--------	---------	---	---------	--------	---------	-----	---------

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Lucro líquido do exercício		73.626	193.972	73.509	193.972
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	10 e 11	16.348	18.507	23.425	25.810
Amortização direito de uso	26	19.712	20.007	30.625	32.794
Perda na venda de bens	21	226	961	1.896	2.888
Baixa direito de uso / arrendamento	21	(31)	(66)	(107)	(115)
Provisão para demandas judiciais	14	15.148	18.574	15.295	21.100
(Ganho) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	67	96	66	(2.109)
Equivalência patrimonial	9	(34.962)	(21.005)	(6.276)	(2.986)
Resultado da operação de swap	22	(16.319)	(1.662)	(16.319)	(1.662)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos e debêntures	12	25.946	11.824	25.946	11.824
Juros sobre arrendamento	26	4.682	4.339	5.451	6.440
Créditos fiscais extemporâneos	8	-	(92.136)	-	(92.136)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.684)	8	306	(773)
		101.759	153.419	153.817	195.047
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		44.291	(25.017)	48.969	(32.837)
Impostos a recuperar		31.391	(2.866)	32.125	(1.388)
Depósitos judiciais		(546)	(3.708)	(920)	(3.736)
Demais ativos		(593)	1.814	(2.561)	4.733
Fornecedores e fretes a pagar		(7.314)	1.129	(5.776)	2.317
Salários e encargos sociais		(5.380)	2.016	(5.522)	2.002
Partes relacionadas		554	8.672	520	14.298
Outras obrigações e tributos a recolher		10.230	70.834	20.986	73.070
Caixa gerado pelas atividades operacionais		174.392	206.293	241.638	253.506
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	12	(6.526)	(1.829)	(6.526)	(1.829)
Juros pagos sobre debêntures	12	(2.062)	(5.695)	(2.062)	(5.695)
Juros pagos sobre arrendamento	26	(4.362)	(4.225)	(5.060)	(6.094)
Demandas judiciais pagas	14	(15.273)	(19.341)	(16.230)	(26.970)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(31.762)	(8.037)	(35.348)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		146.169	143.441	203.723	177.570

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Redução de capital em controladas	9	-	320	-	320
Aquisição/Aumento de capital em controladas	9	(2.210)	(18.680)	-	-
Dividendos recebidos	9	30.687	267	7.342	267
Aquisição de intangível		(3.920)	(4.209)	(4.025)	(4.385)
Aquisições de bens do ativo imobilizado		(8.367)	(16.232)	(13.926)	(34.523)
Recebimento pela venda de bens		91	974	548	1.448
Caixa líquido (utilizados nas) provenientes das atividades de investimento		16.281	(37.560)	(10.061)	(36.873)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	17.e	(22.431)	(103.570)	(22.431)	(103.570)
Captação empréstimos e financiamentos	12	135.000	30.000	135.000	30.000
Pagamento de debêntures	12	(25.005)	(46.676)	(25.005)	(46.676)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	12	(74.699)	(6.667)	(74.699)	(6.667)
Pagamento de arrendamento	26	(17.683)	(17.917)	(30.439)	(29.994)
Instrumentos financeiros derivativos		16.967	-	16.967	-
Caixa líquido (utilizados nas) provenientes das atividades de financiamento		12.149	(144.830)	(607)	(156.907)
Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		174.599	(38.949)	193.055	(16.210)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro					
		36.764	75.713	67.332	83.542
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro					
		211.363	36.764	260.387	67.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tegma Gestão Logística S.A.

Demonstrações do valor adicionado – informação suplementar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais

	Nota	2020	Controladora 2019	2020	Consolidado 2019
Receitas					
Vendas brutas de serviços, líquidos dos descontos	19	974.616	1.379.610	1.187.394	1.570.624
Outras receitas		655	58.738	902	60.796
Ganho (perda) por redução ao valor recuperável de contas a receber	6	(67)	(96)	(66)	2.109
		975.204	1.438.252	1.188.230	1.633.529
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos serviços prestados		(562.355)	(786.809)	(640.547)	(851.993)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais		(100.802)	(119.639)	(126.923)	(162.053)
		(663.157)	(906.448)	(767.470)	(1.014.046)
Valor adicionado bruto		312.047	531.804	420.760	619.483
Depreciação e amortização	10 e 11	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)
Amortização direito de uso	26	(19.712)	(20.007)	(30.625)	(32.789)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		275.987	493.290	366.710	560.884
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	9	34.962	21.005	6.276	2.986
Receitas financeiras	22	22.365	44.982	24.082	46.530
Valor adicionado total a distribuir		333.314	559.277	397.068	610.400
Distribuição do valor adicionado					
<u>Pessoal e encargos</u>					
Remuneração direta		82.169	101.759	100.188	118.453
Benefícios		19.253	23.950	24.225	29.091
FGTS		7.113	6.431	8.413	7.797
<u>Impostos, taxas e contribuições</u>					
Federais		52.404	127.306	79.192	142.445
Estaduais		59.194	74.112	66.029	80.454
Municipais		2.213	3.294	5.607	5.698
<u>Remuneração de capitais de terceiros / Financiadores</u>					
Juros e variações cambiais		32.313	21.365	33.239	23.833
Aluguéis		5.029	7.088	6.666	8.657
<u>Remuneração de capitais próprios</u>					
Dividendos e juros sobre capital próprio		34.972	75.264	34.972	75.264
Lucro retidos dos acionistas controladores		38.654	118.708	38.654	118.708
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(117)	-
Valor adicionado distribuído		333.314	559.277	397.068	610.400

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Tegma Gestão Logística S.A. ("Companhia") e suas empresas Controladas ("Companhia e suas Controladas") têm entre seus principais objetivos a prestação de serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químicos e eletrodomésticos.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, registrada no segmento especial do mercado de ações da B3, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação TGMA3, e está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no seu Estatuto Social.

A Companhia é composta por duas divisões: logística automotiva e logística integrada.

Os serviços da Companhia na divisão de logística automotiva compreendem:

Transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias, gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda.

Os serviços da Companhia na divisão de logística integrada compreendem:

Transporte rodoviário – *milk run* (sistema de coletas programadas de materiais, que utiliza um único equipamento de transporte do operador logístico, para realizar as coletas em dois ou mais fornecedores e entregar os materiais no destino final, sempre em horários pré-estabelecidos); *full truck load* (é o tipo de carga homogênea, geralmente com volume suficiente para preencher completamente uma caçamba ou o baú de um caminhão), transferência de grânéis sólidos/líquidos e de peças entre as plantas dos clientes e fornecedores;

Armazenagem geral e alfandegada – englobando armazenagem e gestão de peças e componentes, *cross docking* (sistema de distribuição no qual a mercadoria recebida, em um armazém ou Centro de Distribuição, não é estocada mas sim imediatamente preparada para o carregamento da entrega), *picking* ou separação e preparação de pedidos (na recolha em armazém de certos produtos, podendo ser diferentes em categoria e quantidades, face a pedido de um cliente, de forma a satisfazer o mesmo), manuseio e preparação, armazenagem de grânéis químicos líquidos e sólidos, armazenagem *in-house* (na estrutura do cliente), armazenagem de veículos e armazenagem alfandegada dentro de estruturas adequadas à legislação de entrepostos aduaneiros (por meio da controlada GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A);

Gestão logística – envolvendo controle de estoques, abastecimento de linha de produção *just in time*, gestão de embalagens retornáveis, gestão de peças e componentes, gerenciamento de estoque de mercadorias nacionais e importadas e logística reversa.

Impactos da pandemia do Covid-19

No final do primeiro trimestre deste ano de 2020, a pandemia da COVID-19 se instalou no Brasil e afetou de forma distinta as diversas atividades econômicas no país.

Os protocolos de saúde e de segurança nas operações cumprem as recomendações impostas pelas autoridades para reduzir o risco de contágio entre colaboradores e entre terceiros. Todas as áreas corporativas da empresa permanecem em trabalho remoto e para aqueles colaboradores que precisam se deslocar até as unidades, a Companhia está tomando todos os cuidados necessários para preservar a saúde deles (disponibilizando transporte em algumas operações, máscaras e álcool em gel, além de assegurar distância mínima recomendada). Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia não teve nenhum colaborador com complicações graves que tenham levado a internação.

O mercado de veículos zero quilômetro no Brasil, o principal mercado da divisão de logística automotiva, sofreu um forte impacto do fechamento de concessionárias entre abril e julho de 2020 por conta das medidas de distanciamento social impostas em diversas regiões do país. Como consequência, a grande maioria das montadoras de veículos no país paralisaram suas atividades no mês de abril e retomaram gradativamente a produção a partir do mês de maio. Por conta disso, as operações, a receita e os resultados da Divisão foram severamente impactados no início da crise e recuperaram proporcional e gradativamente conforme recuperação do mercado.

A operação da divisão de logística integrada voltada para o setor de químicos esteve com seu nível de atividade acima da normalidade ao longo da crise por ser uma operação logística de matéria prima para produção de produtos essenciais (*home and personal care* – saúde pessoal e para casa). Por sua vez, a operação que gerencia a logística de peças para a produção de eletrodomésticos foi interrompida no início da pandemia no mês de abril, mas retomou suas atividades gradativamente, dado o incremento das vendas no *e-commerce*. As operações de armazenagem em São Paulo e no Rio de Janeiro, por serem majoritariamente responsáveis pela gestão de estoques de produtos alimentícios e de *e-commerce*, não interromperam suas atividades por conta da pandemia.

Importante ressaltar que a Companhia desde a primeira quinzena de abril realizou algumas medidas de ajustes para se adaptar ao cenário da pandemia:

- a. Adesão à Lei nº 14.020/20 (antiga Medida Provisória 936) e outras medidas ligadas à gestão do quadro de colaboradores, o que incluiu: i) a suspensão temporária de contrato de trabalho, ii) a redução de jornada e salário-hora por 30 dias, extensível por até 90 dias (estendido posteriormente para 120 dias através de decreto), a depender do retorno de cada filial/operação e iii) a readequação do quadro de colaboradores a partir da metade de abril.
- b. Os custos e despesas fixas das operações impactadas pela crise e do corporativo foram ajustados e foi foco de revisão contínua e minuciosa pela administração no intuito de contenção e/ou postergação de gastos. Vale ressaltar que grande parcela dos custos das operações impactadas pela crise é composta por custos variáveis e que não houve nenhum comprometimento de pagamento mínimo aos fornecedores.
- c. Grande parte dos investimentos de melhoria não essenciais da Companhia foram postergados para 2021.
- d. Ao longo do processo de revisão dos gastos no auge da crise, foi possível realizar a postergação do pagamento de aluguel de alguns imóveis utilizados pela Companhia por alguns meses.

- e. No início de abril foi realizada a captação de recursos no montante de R\$ 90 milhões, conforme citado na nota explicativa nº 12 e de R\$ 45 milhões no início de julho, com intuito de reforçar o caixa da Companhia.
- f. A Tegma aderiu a programas governamentais de ajuda às empresas, que envolvem a postergação de pagamento de PIS e COFINS de março e abril para julho e setembro respectivamente, sendo que ele se aplica à contribuição Patronal. Além disso houve a adesão ao programa para a postergação de recolhimento do FGTS e à redução de alíquotas do “Sistema S” em 50% por 3 meses (abril, maio e junho). Esta redução não atingiu a contribuição do funcionário, mas sim as contribuições devidas pela Companhia.
- g. De acordo com nossa política de distribuição de resultados, os dividendos complementares do exercício de 2019 deveriam ter sido deliberados na AGO-E de abril de 2020 e a antecipação dos resultados do primeiro semestre que deveria ter deliberado em agosto de 2020. No entanto, a administração decidiu por não o fazer em função das incertezas provenientes da crise e dos esforços de preservação de caixa. Em função de um cenário mais claro em novembro de 2020, a Companhia realizou a antecipação dos resultados dos nove primeiros meses via dividendos e juros sobre capital próprio.

Busca e apreensão – Operação Pacto

No dia 17 de outubro de 2019 a Companhia foi alvo de mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do Campo, em virtude de investigação que, até então, não era do conhecimento da Companhia, e que foi iniciada por um “Acordo de Leniência Parcial” firmado por uma das empresas concorrentes da Tegma no mercado de transporte de veículos zero quilômetro. A investigação visa apurar suposta ação concertada no transporte de veículos zero quilômetro importados para um cliente da Companhia, do porto de Vitória à Estação Aduaneira do Interior, operação essa encerrada pela empresa em 2015, e que já naquela época representava um volume imaterial frente as receitas para a Companhia. A busca e apreensão em nada afetou as operações da Companhia.

Em função dos eventos descritos e, (i) em que pese a firme convicção de que a Companhia atua dentro das mais estritas normas de Compliance e regras de mercado, (ii) que a origem das alegações que embasaram o pedido de busca e apreensão está alicerçada em disputas comerciais e (iii) mesmo face aos diversos êxitos em processos anteriores que imputavam à Companhia as mesmas práticas de infração à ordem econômica; o Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de mercado e, primando pela transparência e isenção, determinou em reunião do dia 01 de novembro de 2019, a constituição de um Comitê Independente, composto por três membros e assessorado por escritórios especializados, para conduzir uma investigação profunda e meticulosa dos fatos atribuídos à Companhia, objeto da documentação constante do Acordo de Leniência que deu origem à busca e apreensão mencionada.

Os trabalhos do Comitê independente se estenderam desde sua criação até o final do primeiro semestre de 2020.

Considerando o término dos trabalhos de investigação do Comitê Independente e de seus assessores, em 30 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia recebeu o relatório e parecer final da investigação, o qual concluiu que não há evidências de práticas anticoncorrenciais, tampouco de qualquer ilícito capaz de sustentar as acusações que deram origem à Operação Pacto.

Em função disso, o Conselho de Administração decidiu que não há qualquer medida adicional a ser adotada em face da Operação Pacto e que o Comitê Independente deveria ser dissolvido nessa data.

Já com relação à investigação iniciada pelo “Acordo de Leniência Parcial”, é importante dizer que em 16 de novembro de 2020 o ministro do STJ relator do conflito de competência, que deu origem a ordem de suspensão do processo, conforme mencionado nas informações trimestrais anteriores, deixou de conhecer tal conflito devido alegada ausência de legitimidade da ANTV (Associação Nacional de Transporte de Veículos) para suscitá-lo, revogando a liminar deferida que suspendia o andamento das investigações da Operação Pacto.

Referida decisão já foi objeto de recursos, que estão pendentes de julgamento.

Já no CADE o processo encontra-se parado, tendo havido apenas a prorrogação do prazo do Inquérito.

2 Relação de entidades controladas e coligada indireta

O Grupo está constituído da seguinte forma:

Controladas diretas e indiretas	Participação (%) 2020	Participação (%) 2019	Relacionamento
Tegma Cargas Especiais Ltda. (“TCE”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (“TLA”)	100,00	100,00	Controlada
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (“Tegmax”)	100,00	100,00	Controlada
Tegma Logística de Veículos Ltda. (“TLV”)	100,00	100,00	Controlada
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (“Niyati”)	100,00	100,00	Controlada
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”) (i)	100,00	100,00	Controlada
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda. (“Tech Cargo”)	100,00	100,00	Controlada
Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”)	49,00	49,00	Empreendimento controlado em conjunto
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	50,00	50,00	Empreendimento controlado em conjunto
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. (i.a)	10,00	-	Coligada indireta
Fastline Logística Automotiva Ltda (“Fastline”) (ii)	87,00	-	Controlada indireta

(i) A TegUp, controlada direta da Companhia, tem o objetivo de trazer inovação em logística, agindo como aceleradora de startups. Anualmente é realizado um ciclo de programa de aceleração para prospecção de empresas transformadoras, que ofereçam produtos, serviços e inovação relacionados ao universo da logística digital e dos transportes. As empresas Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. e Rabbot Serviços de Tecnologia S.A., receberam investimentos da controlada TegUp para acelerar e contribuir com seus crescimentos.

a. Em 23 de agosto de 2018 foi aprovado investimento na empresa Frete Rápido, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução baseada em plataforma web para contratação de fretes. O investimento autorizado pelo Conselho de Administração foi de R\$ 1.400, condicionado ao atingimento de metas econômico-financeiras. Todo investimento já foi realizado.

Em novembro de 2020 parte dos investimentos realizados na Frete Rápido foram convertidos em ações, desse modo a Frete Rápido passa a ser coligada indireta da Companhia por intermédio da TegUp. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo já atualizado é de R\$ 756.

- b. Em 1º de agosto de 2019 foi aprovado investimento, através da subscrição de debêntures conversíveis em ações, na empresa Rabbot, empresa de tecnologia em estágio inicial de operação que desenvolve solução de automação de mobilidade, organização e otimização de processos de gestão de frota. O investimento autorizado e já realizado foi de R\$ 3.200, sendo que a conversão em ações está condicionada ao atingimento de metas econômico-financeiras. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo é de R\$ 3.200.
- (ii) A Tegma Logística de Veículos Ltda controlada direta da Companhia, constituiu a “Fastline” (antiga Stork Express) que desenvolve a atividade de transporte rodoviário de cargas, exceto de produtos perigosos.

3 Bases para preparação e políticas contábeis significativas

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2021.

As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1 (a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

Nota explicativa nº 4.e – análise de sensibilidade de instrumentos financeiros;

Nota explicativa nº 6 - reconhecimento e mensuração das perdas de crédito estimadas;

Nota explicativa nº 9 e 11 - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio;

Nota explicativa nº 10 e 11 – definição de vida útil do imobilizado e intangível;

Nota explicativa nº 14 – reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais;

Nota explicativa nº 15 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos;

Nota explicativa nº 25 – seguros;

Nota explicativa nº 26 – reconhecimento e mensuração de arrendamento mercantil;

d. Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas Controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros.

A Companhia e suas Controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Uma equipe de avaliação possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

O método de apuração do valor justo utilizado pela Companhia e suas Controladas consiste em realizar a projeção a valor futuro com base nas condições contratadas e posteriormente calcular a valor presente descontando as curvas estabelecidas em cada contrato.

Para maiores detalhes sobre os níveis de mensuração do valor justo, veja a Nota nº 4 (g).

3.1 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações foram efetivas no exercício de 2020:

- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS
- Concessão de aluguel Covid - 19 (Alteração ao IFRS 16)

As principais políticas contábeis, bem como a mensuração de estimativas não sofreram alterações significativas.

Em detrimento as questões da pandemia até a presente data, algumas renegociações de contratos de arrendamento foram realizadas e os seus impactos foram considerados nessas demonstrações contábeis, conforme determina o pronunciamento técnico CPC 06 R2.

a Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

As normas alteradas e interpretações citadas a seguir, não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas.

- Reforma do índice de referência da taxa de juros (alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16), aplicável em ou após 1 de janeiro de 2021, permitida adoção antecipada;
- Contratos Onerosos - Custo de cumprimento de um contrato (Alterações à IAS 37), aplicável para períodos anuais em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Melhorias anuais nos padrões IFRS 2018-2020, aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Imobilizado: receita antes da utilização pretendida (alterações à IAS 16), aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao IFRS 3) aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2022, permitida adoção antecipada;
- Classificação de passivos circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada;
- Alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro, aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2023, permitida adoção antecipada;

b Base de consolidação

(i) *Controladas e investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas Controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordos de acionistas, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 2 – Relação de entidades controladas – e, portanto, realiza a consolidação integral dessas empresas, com exceção da Catlog Logística de Transportes S.A. (“Catlog”) e da GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”) consideradas como empreendimentos controlados em conjunto, e da Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A. considerada como coligada indireta, que têm seus resultados considerados nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos em controladas e controladas em conjuntos estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Investimentos.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa e demais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

d Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas Controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao Valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas Controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir

e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR.

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas Controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas Controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas Controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas Controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota para derivativos designados como instrumentos de <i>hedge</i> .
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que

valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas Controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas Controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas Controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas Controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas Controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia manteve instrumento financeiro derivativo de *hedge* financeiro para proteção a exposição de risco de taxa de câmbio. Esse instrumento financeiro derivativo foi reconhecido inicialmente pelo valor justo na data da contratação e, posteriormente, remensurado pelo valor justo periodicamente, sendo registrados separadamente o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo. Estes contratos possuíam os mesmos prazos.

No início da operação o objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo foram documentados conforme a seguir:

- (a) objetivo e descrição do *hedge*;
- (b) a identificação do objeto de *hedge* e a natureza dos riscos protegidos;
- (c) identificação do instrumento financeiro;
- (d) índice de cobertura;
- (e) demonstração da efetividade prospectiva.

Desse modo foram categorizados e registrados seguindo os critérios de contabilização de *hedge*. A Companhia possuía uma única operação com instrumento financeiro derivativo e enquadra-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa, desse modo seu valor justo foi registrado em outros resultados abrangentes (patrimônio líquido).

e Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

f Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas Controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4 Gestão de risco financeiro

A gestão de riscos é realizada pela tesouraria central da Companhia, sendo avaliadas e definidas estratégias de proteção contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia e de suas Controladas. A Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a Risco de mercado - Taxa de câmbio

Em agosto de 2018, a Companhia obteve linha de crédito concedida sob os benefícios da Lei 4.131 referenciados em dólares americanos, conforme descrito na nota explicativa nº 12. Com o objetivo de se proteger contra as flutuações cambiais, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (*swap*) com o mesmo valor nominal e vencimentos.

Esse instrumento financeiro designado como *swap* de fluxo de caixa, consistia na troca da variação cambial mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, por percentuais relacionados a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais taxa prefixada 0,89% ao ano. Em 3 de agosto de 2020, essa operação foi quitada.

Desse modo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresenta exposição líquida a variação cambial e não há operações com instrumentos financeiros derivativos.

b Risco de mercado - Taxa básica de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas decorre de empréstimos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de variação de taxa de juros e seu impacto sobre o de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Os empréstimos que foram emitidos e referenciados em dólares americanos, mas que foram objeto de contratação de instrumento derivativo visando proteger contra flutuações cambiais, também passaram a estar expostos a taxa de juros locais.

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas Controladas é representado pela exposição à variação do CDI. A seguir está demonstrada a exposição a risco de juros das operações vinculadas à essas variações:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira(nota explicativa nº 12)	-	(57.220)	-	(57.220)
Empréstimos e financiamentos - moeda local(nota explicativa nº 12)	(168.764)	(33.802)	(168.764)	(33.802)
Instrumento financeiros derivativos	-	3.748	-	3.748
Instrumento financeiros derivativos - valor justo	-	(9)	-	(9)
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(25.047)	(50.135)	(25.047)	(50.135)
Equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	210.044	35.694	258.549	65.963
Exposição líquida	16.233	(101.724)	64.738	(71.455)

c Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para bancos e instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades independentes classificadas com “rating” mínimo "A" na escala *Standard & Poor's*, ou o equivalente nas demais agências de risco. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. As práticas de gestão de risco de crédito incluindo métodos e premissas estão descritas nas notas explicativas nº 5 e 6. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A exposição da Companhia está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	211.363	36.764	260.387	67.332
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6)	176.106	220.464	212.138	261.173
	<u>387.469</u>	<u>257.228</u>	<u>472.525</u>	<u>328.505</u>

d Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e de suas Controladas e consolidada pela tesouraria.

Através dessa previsão, a tesouraria monitora a disponibilidade de caixa para atender as necessidades operacionais e financeiras da Companhia e de suas Controladas, mantendo e contratando linhas de crédito disponíveis em níveis adequados.

O caixa é investido em operações financeiras conservadoras e com liquidez de curtíssimo prazo para fazer face às previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir ilustra os passivos financeiros e operações de derivativos da Companhia e de suas Controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são fluxos de caixas não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Controladora				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	168.764	180.291	48.366	64.262	67.663
Debêntures (nota explicativa nº 12)	25.047	25.608	25.608	-	-
Fornecedores e fretes a pagar	26.651	26.651	26.651	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	24.054	24.054	24.054	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	689	689	150	539	-
Em 31 de dezembro de 2020	245.205	257.293	124.829	64.801	67.663

	Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo financeiro	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 6 anos
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 12)	168.764	180.291	48.366	64.262	67.663
Debêntures (nota explicativa nº 12)	25.047	25.608	25.608	-	-
Fornecedores e fretes a pagar	31.268	31.268	31.268	-	-
Demais contas a pagar (nota explicativa nº 16)	30.588	30.588	30.588	-	-
Partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	632	632	73	559	-
Em 31 de dezembro de 2020	256.299	268.387	135.903	64.821	67.663

e Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos

financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas Controladas. Considerando que tanto o valor aplicado quanto todas as dívidas da Companhia (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures) estão atreladas ao CDI (1,90% a.a. em dezembro de 2020 e 4,4% a.a. em dezembro de 2019), esse indexador é a única variável de risco existente.

De acordo com a avaliação efetuada pela Administração o cenário mais provável (Cenário I) apresenta os impactos no horizonte de um ano considerando a manutenção do CDI. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar os impactos de um aumento de 25% e 50% na variável de risco considerada. São eles os Cenários II e III, respectivamente. Dessa forma, para essa análise, consideramos para o cálculo do risco de exposição líquida um aumento do passivo, ou seja, apreciativo do CDI.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido com base no CDI dos cenários apresentados:

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%	Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II) 25%	Cenário Remoto (III) 50%
Aplicações Financeiras	3.997	4.996	5.995	4.919	6.149	7.379
Receitas	3.997	4.996	5.995	4.919	6.149	7.379
NCE Bradesco	(919)	(1.063)	(1.206)	(919)	(1.063)	(1.206)
NCE Itaú	(2.890)	(3.131)	(3.372)	(2.890)	(3.131)	(3.372)
4131 Santander	(2.470)	(2.669)	(2.868)	(2.470)	(2.669)	(2.868)
4131 Santander	(1.863)	(2.057)	(2.251)	(1.863)	(2.057)	(2.251)
CCB Safra	(246)	(270)	(295)	(246)	(270)	(295)
Debentures II	(977)	(1.096)	(1.215)	(977)	(1.096)	(1.215)
Despesas	(9.365)	(10.286)	(11.207)	(9.365)	(10.286)	(11.207)
Efeito Líquido no resultado / Patrimônio Líquido	(5.368)	(5.290)	(5.212)	(4.446)	(4.137)	(3.828)

f Gestão de capital

A Companhia e suas Controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira que corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e adicionado ou subtraído do saldo de “swap”. Já o capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	168.764	91.022	168.764	91.022
Debêntures – nota explicativa nº 12	25.047	50.135	25.047	50.135
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.739)	-	(3.739)
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	(211.363)	(36.764)	(260.387)	(67.332)
Dívida líquida	(17.552)	100.654	(66.576)	70.086
Total do patrimônio líquido	624.663	575.079	625.639	575.079
Total das fontes de capital	607.111	675.733	559.063	645.165
Índice de alavancagem financeira	(3%)	15%	(12%)	11%

g Classificação dos instrumentos financeiros

O CPC 40 (R1) (IFRS 7) define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou o preço pago para transferir um passivo (preço de saída) no principal mercado, ou no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo, numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração, bem como estabelece uma hierarquia de três níveis a serem utilizados para mensuração do valor justo, a saber:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações, exceto aquelas incluídas no nível 1, pelo qual os preços cotados (não ajustados) são para os ativos e passivos similares, (diretamente como preços ou indiretamente como derivados dos preços), em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos (não observáveis).

A metodologia aplicada para cálculo do valor justo é levar a valor futuro pela curva do CDI considerando o percentual do indexador contratado e depois trazer a valor presente descontando por 100% da curva do CDI, já quando há operações de moeda estrangeira levar a valor futuro pela taxa Pré contratada e trazer a valor presente descontando pela curva do cupom cambial (diferencial da taxa de juros interna e da variação cambial projetada) a partir da taxa do dólar PTAX de venda do dia útil anterior à data base do cálculo (conhecido no mercado financeiro como “Cupom Sujo”).

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 de dezembro de 2020						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	210.044	210.044	Nível 2	258.549	258.549	Nível 2
Ativos pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.319	1.319	Nível 1	1.838	1.838	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	176.106	176.106	Nível 2	212.138	212.138	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.444	1.444	Nível 2	1.297	1.297	Nível 2
Demais contas a receber (i) – nota explicativa nº 7	1.109	1.109	Nível 2	2.420	2.420	Nível 2
	390.022	390.022		476.242	476.242	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	25.047	25.335	Nível 2	25.047	25.335	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	168.764	175.231	Nível 2	168.764	175.231	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	26.651	26.651	Nível 2	31.268	31.268	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	24.054	24.054	Nível 2	30.588	30.588	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	689	689	Nível 2	632	632	Nível 2
	245.205	251.960		256.299	263.054	

(i) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

	Controladora			Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia a valor justo
Em 31 dezembro de 2019						
Ativos						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras – nota explicativa nº 5	35.694	35.694	Nível 2	65.963	65.963	Nível 2
Instrumento financeiro designado para hedge						
Instrumentos financeiros derivativos (i)	3.739	3.739	Nível 2	3.739	3.739	Nível 2
Ativos pelo custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa – nota explicativa nº 5	1.070	1.070	Nível 1	1.369	1.369	Nível 1
Contas a receber de clientes – nota explicativa nº 6	220.464	220.464	Nível 2	261.173	261.173	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	1.999	1.999	Nível 2	4.399	4.399	Nível 2
Demais contas a receber (ii) – nota explicativa nº 7	1.210	1.210	Nível 2	2.769	2.769	Nível 2
	264.176	264.176		339.412	339.412	
Passivos						
Passivos pelo custo amortizado						
Debêntures – nota explicativa nº 12	50.135	51.190	Nível 2	50.135	51.190	Nível 2
Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 12	91.022	92.358	Nível 2	91.022	92.358	Nível 2
Fornecedores e fretes a pagar	33.452	33.452	Nível 2	36.312	36.312	Nível 2
Demais contas a pagar – nota explicativa nº 16	23.585	23.585	Nível 2	29.637	29.637	Nível 2
Partes relacionadas – nota explicativa nº 24	690	690	Nível 2	614	614	Nível 2
	198.884	201.275		207.720	210.111	

(i) A Companhia mantinha instrumentos financeiros derivativos para proteger sua exposição as variações cambiais, decorrente do contrato de empréstimo modalidade 4131 em moeda estrangeira.

(ii) Não incluem valores referente aos adiantamentos a funcionários e fornecedores.

h Hedge accounting

A operação de *hedge* que a Companhia detinha, foi quitada em agosto de 2020, juntamente com a quitação do empréstimo em moeda estrangeira (conforme nota explicativa nº 12). Essa operação tinha como objetivo proteger fluxos de caixas referenciados em dólares americanos uma vez que praticamente toda a operação da Companhia está referenciada à moeda local.

Desse modo, a transação enquadrava-se na classificação de *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros.

O objetivo do *hedge accounting* (assim entendido como a política de contabilização do *hedge* adotado) era de afetar o resultado da Companhia apenas pelas taxas de juros locais às quais ela está exposta, considerando apenas o efeito líquido do *hedge* contratado.

O contrato liquidado em 3 de agosto de 2020.

Instrumento	Tipo de instrumento financeiro	Operação	Valor nominal	Vencimento	Indexador de proteção	Taxa contratada
Contrato de swap	Hedge de fluxo de caixa	Swap USD X CDI	USD 13.441	08/2020	Variação cambial + 4,89%	CDI +0,89%

Os saldos quitados estão apresentados a seguir:

Descrição	Valor principal (nocial)	Valor da curva	Valor justo
Contrato de swap			
Ponta ativa:			
Posição comprada dólar	50.000	71.666	71.666
Ponta passiva:			
Posição vendida no CDI	(50.000)	(51.007)	(51.007)
Total instrumento financeiro líquido	-	20.659	20.659

De acordo com as práticas contábeis aplicáveis, o ajuste ao valor justo apurado para o instrumento financeiro foi revertido em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. Vale destacar que a operação de *hedge* se encontrava totalmente vinculada, inclusive contratualmente, ao empréstimo contratado na modalidade resolução 4131, não podendo ser desfeito individualmente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos da Companhia e de suas Controladas, e não constituem um investimento visando auferir ganhos. A rubrica inclui o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Recursos em banco e em caixa	1.319	1.070	1.838	1.369
Aplicações financeiras	210.044	35.694	258.549	65.963
	211.363	36.764	260.387	67.332

As aplicações financeiras são de curto prazo, alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão representadas por operações com liquidez imediata, com remuneração média de 100,1% para os prazos estabelecidos em dezembro de 2020 (99,6% em dezembro 2019) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia adota uma gestão de caixa centralizada na Controladora, apesar do caixa consolidado ser distribuído entre suas Controladas.

A exposição da Companhia e suas Controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na nota explicativa nº 4.

6 Contas a receber de clientes

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores decorrentes da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de suas Controladas. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo dos serviços, deduzidas as perdas estimadas quando requerida.

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada.

A Companhia e suas Controladas consideram nas suas avaliações a abordagem de perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes para constituição de perda estimada, com base no histórico de perdas incorridas e a expectativa de continuidade de seus clientes.

As perdas esperadas são reconhecidas com base nas contas a receber em atraso (*aging*) levando-se em conta o histórico de perdas da Companhia. Como regra geral, os títulos vencidos há mais de 180 dias são integralmente provisionados. Nesta avaliação são excluídos os clientes que não possuem histórico de perdas como do setor automotivo.

Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a receber da venda de serviços:				
No Brasil	176.348	220.639	212.426	261.395
Contas a receber no Brasil	176.348	220.639	212.426	261.395
Perda estimada	(242)	(175)	(288)	(222)
	176.106	220.464	212.138	261.173

Em 31 de dezembro de 2020 o prazo médio de recebimento é de aproximadamente 48 dias para a Controladora e 49 dias para o Consolidado (49 dias para a Controladora e 51 dias para o Consolidado em dezembro de 2019).

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Títulos a vencer	159.326	205.527	191.425	244.762
Títulos vencidos até 30 dias	13.665	13.585	16.341	14.770
Títulos vencidos de 31 até 90 dias	1.977	699	2.721	988
Títulos vencidos de 91 até 180 dias	500	113	748	113
Títulos vencidos há mais de 181 dias	880	715	1.191	762
	176.348	220.639	212.426	261.395

A movimentação da perda estimada da Companhia e de suas Controladas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	(175)	(79)	(222)	(2.938)
Adições	(824)	(340)	(831)	(402)
Reversões	757	244	765	2.511
Outros (i)	-	-	-	607
Saldo final	(242)	(175)	(288)	(222)

(i) Refere-se a reclassificação de contas a receber de acordo com negociação junto ao cliente.

A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia e suas Controladas não mantêm nenhum título como garantia.

7 Demais contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo indenizatório	1.010	527	2.314	1.832
Adiantamento a fornecedores	4.491	2.099	7.690	3.719
Adiantamento funcionários	511	1.831	470	2.031
Recuperação de despesas a receber	-	39	-	39
Sinistros a recuperar	2	4	8	105
Outros créditos	97	640	98	793
	6.111	5.140	10.580	8.519
Circulante	5.101	4.613	8.266	6.687
Não circulante	1.010	527	2.314	1.832
	6.111	5.140	10.580	8.519

8 Impostos e contribuições a recuperar

Controladora	Consolidado
---------------------	--------------------

	2020	2019	2020	2019
INSS a recuperar	6.335	6.639	9.725	10.104
IRRF sobre aplicações financeiras	270	44	338	124
PIS e COFINS (i)	31.528	103.993	33.323	105.685
Outros	57	33	147	56
	38.190	110.709	43.533	115.969
Circulante	31.920	104.325	33.989	106.280
Não circulante	6.270	6.384	9.544	9.689
	38.190	110.709	43.533	115.969

- (i) Os créditos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS representam o maior valor dos tributos a recuperar da Companhia. Em 15 de julho de 2019, foi constatado o trânsito em julgado de ação própria da Tagma Gestão Logística que reconheceu o direito da Companhia em realizar a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS, retroagindo a agosto de 2003. Por meio de um levantamento de documentos e cálculos ocorridos a partir da constatação do trânsito em julgado, a Controladora apurou um crédito de R\$ 103.331 (referente ao período de agosto de 2003 a novembro de 2018) decorrente da exclusão do ICMS em suas apurações de PIS e COFINS, já atualizado pela SELIC. Os créditos do período de março de 2017 a novembro de 2018 já haviam sido reconhecidos em dezembro de 2018. Em setembro de 2019, a Controladora registrou o saldo de R\$ 92.136, ou seja, os créditos referentes ao período de agosto de 2003 a fevereiro de 2017. Vale destacar que, desde dezembro de 2018, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo da sua apuração de PIS e COFINS. O valor total dos créditos reconhecidos e devidamente habilitados junto à Receita Federal foram calculados a partir da exclusão do ICMS “destacado” nos documentos fiscais da base do PIS e COFINS. Em razão do julgamento do caso de repercussão geral no STF ainda não ter consolidado o entendimento se a exclusão do ICMS deve ser realizada a partir do valor do ICMS “destacado” ou do ICMS “efetivamente pago”, a Administração decidiu, de forma conservadora, realizar a utilização desses créditos para fins de compensações tributárias até o montante do cálculo a partir da exclusão do ICMS “efetivamente pago” das referidas contribuições, no valor total de R\$ 78.112, embora os assessores externos da Companhia entendam que são grandes as chances de ser confirmada a exclusão a partir do ICMS “destacado”. O valor total desse crédito em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 30.926 (R\$ 102.267 em 31 de dezembro de 2019), mas a Controladora não utilizará, por ora, o valor de R\$ 25.219 desse valor total remanescente referente a diferença entre as duas respectivas metodologias de cálculo.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e suas Controladas e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza, dessa forma, os valores estão apresentados a valores de realização.

9 Investimentos

Controladas, Coligada e Controladas em conjunto

				Controladora		
	2020			2019		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Controladas						
Tegma Cargas Especiais Ltda. (TCE)	57.630	6.364	63.994	53.257	6.364	59.621
Tegma Logística de Armazéns Ltda. (TLA)	15.975	-	15.975	23.423	-	23.423
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. (Niyati)	108.528	-	108.528	107.579	-	107.579
Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda (Tech Cargo)	1	-	1	1	-	1
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda. (Tegmax)	1.377	-	1.377	2.664	-	2.664
Tegma Logística de Veículos Ltda. (TLV)	25.326	-	25.326	14.752	-	14.752
Tegup Inovação e Tecnologia Ltda. (“Tegup”)	4.907	-	4.907	4.517	-	4.517
	213.744	6.364	220.108	206.193	6.364	212.557
Empreendimentos controlados em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	410	-	410	493	-	493
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	20.174	16.693	36.867	21.157	16.693	37.850
	20.584	16.693	37.277	21.650	16.693	38.343
Total de investimento controladora	234.328	23.057	257.385	227.843	23.057	250.900

	Consolidado					
	2020			2019		
	Investimento	Ágio líquido	Total	Investimento	Ágio líquido	Total
Empreendimentos controlados em conjunto						
Catlog Logística de Transportes S.A. (Catlog)	410	-	410	493	-	493
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A. (“GDL”)	20.174	16.693	36.867	21.157	16.693	37.850
Coligada indireta						
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	815	-	815	-	-	-
	20.584	16.693	38.092	21.650	16.693	38.343

Controlada indireta

	2020		2019	
	Investimento	Total	Investimento	Total
Controlada indireta				
Fastline Logística Automotiva Ltda (“Fastline”) (i)	(87)	(87)	-	-
	(87)	(87)	-	-

- (i) Conforme citado na nota explicativa 2 item ii, a “Fastline” é controlada indireta da Companhia por intermédio da Tegma Logística de Veículos Ltda. O montante de R\$ 3.213 está pendente a ser integralizado.

Movimentação dos investimentos

	Controladora									
	TCE	Tech Cargo	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup	Catlog (i)	GDL	Total
Em 1 de janeiro de 2019	39.897	-	26.099	76.452	2.640	15.248	1.448	1.413	34.531	197.728
Equivalência patrimonial	18.704	-	(2.676)	2.596	24	(496)	(133)	(333)	3.319	21.005
Aumento (Redução) de capital (ii)	1.020	-	-	28.531	-	-	3.202	(320)	-	32.433
Constituição de controlada	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Dividendos (iv)	-	-	-	-	-	-	-	(267)	-	(267)
Em 1 de janeiro de 2020	59.621	1	23.423	107.579	2.664	14.752	4.517	493	37.850	250.900
Equivalência patrimonial	16.963	-	(1.702)	2.827	33	10.574	(9)	(83)	6.359	34.962
Aumento (Redução) de capital (iii)	8.727	-	(5.746)	-	(1.170)	-	399	-	-	2.210
Dividendos (iv)	(21.317)	-	-	(1.878)	(150)	-	-	-	(7.342)	(30.687)
Em 31 de dezembro de 2020	63.994	1	15.975	108.528	1.377	25.326	4.907	410	36.867	257.385

- (i) Desde janeiro de 2015 a investida Catlog mantém-se inativa operacionalmente. A retomada das atividades pode ser reconsiderada caso julgado conveniente pela Companhia.
- (ii) Inclui montante de R\$ 14.074 integralizado na controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. por meio de ativos, conforme nota explicativa nº 10.
- (iii) O montante de R\$ 5.746 reduzido na controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, foi integralizado na controlada Tegma Cargas Especiais Ltda por meio de ativos, com intermediação da controladora Tegma Gestão Logística S.A.
- (iv) Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos

	Consolidado			
	Catlog	GDL	Frete Rápido	Total
Em 01 de janeiro de 2019	1.413	34.531	-	35.944
Equivalência patrimonial	(333)	3.319	-	2.986
Dividendos	(267)	-	-	(267)
Redução de capital	(320)	-	-	(320)
Em 01 de janeiro de 2020	493	37.850	-	38.343
Equivalência patrimonial	(83)	6.359	-	6.276
Participação societária	-	-	815	815
Dividendos	-	(7.342)	-	(7.342)
Em 31 de dezembro de 2020	410	36.867	815	38.092

Participação da Companhia nos resultados das Controladas diretas, todas Companhias de capital fechado ou limitadas, como também no total de seus ativos e passivos:

	TCE	TLA	Niyati	Tegmax	TLV	Tegup	Tech cargo
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Ativo	76.338	22.415	108.783	1.547	33.564	4.924	1
Passivo	18.708	6.440	255	170	8.238	17	-
Patrimônio líquido	57.630	15.975	108.528	1.377	25.326	4.907	1
Receita líquida	92.878	30.786	5.733	-	60.107	17	-
Lucro/ (Prejuízo)	16.963	(1.702)	2.827	33	10.574	(9)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019							
Ativo	75.911	39.365	107.807	2.827	23.956	4.525	1
Passivo	22.654	15.942	228	163	9.204	8	-
Patrimônio líquido	53.257	23.423	107.579	2.664	14.752	4.517	1
Receita líquida	83.993	32.165	4.776	-	49.416	25	-
Lucro/ (Prejuízo)	18.704	(2.676)	2.596	24	(496)	(133)	-

A seguir apresentamos os saldos totais das contas patrimoniais e de resultado (100%) das sociedades sobre controle comum e da coligada indireta:

	Catlog		GDL		Frete Rápido
	2020	2019	2020	2019	2020
Ativo					
Circulante	1.278	1.263	28.595	32.348	843
Não circulante	254	654	18.859	20.290	217
Imobilizado	-	-	8.866	9.274	30
Intangível	-	-	902	1.154	-
Direito de uso	-	-	-	40	-
	1.532	1.917	57.222	63.106	1.090
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	37	18	15.102	10.626	186
Não circulante	658	893	1.773	10.166	756
Patrimônio líquido	837	1.006	40.347	42.314	148
	1.532	1.917	57.222	63.106	1.090

	Catlog		GDL		Frete Rápido (i)
	2020	2019	2020	2019	2020
Resultado do exercício					
Receita líquida	-	-	73.267	71.738	1.698
Custo dos serviços prestados	-	-	(51.886)	(57.260)	(2.168)
Despesas gerais e administrativas	(139)	(279)	(4.639)	(8.698)	(542)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	43	130	(171)	(1.692)	(165)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(73)	(527)	2.008	5.932	(1)
Imposto de renda e contribuição social	-	(4)	(5.861)	(3.382)	28
Lucro (prejuízo) do exercício	(169)	(680)	12.718	6.638	(1.150)

- (i) Conforme mencionado na nota explicativa 2 item (i) a partir de novembro de 2020 a Frete Rápido passou a ser coligada indireta da Companhia, por intermédio da “TegUp” em decorrência da conversão das debentures em ações, o resultado apresentado equivale aos 12 meses.

10 Imobilizado

Política contábil

Os itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui, quando aplicável, os custos de financiamento relacionados com a construção de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% anual
Edifícios	4,00%
Computadores e periféricos	20,00%
Instalações	10,00%
Veículos	10,22%
Máquinas e equipamentos/ferramentas	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	24,16%
Móveis e utensílios e embalagens e outros	21,75%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas líquidas" na demonstração do resultado.

Movimentação do Imobilizado

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis, utensílios e embalagens e outros em andamento (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2019	16.348	38.049	2.025	2.569	24.039	2.718	3.778	9.076	707	99.309
Movimentações										
Aquisições	-	37	988	1.167	6.590	824	1.383	4.707	116	15.812
Alienações	-	-	-	(8)	(1.914)	-	-	(13)	-	(1.935)
Transferências	-	-	12	-	-	172	422	18	(624)	-
Depreciação	-	(1.928)	(886)	(416)	(3.931)	(684)	(1.879)	(3.985)	-	(13.709)
Baixa por integralização de capital em controlada	(4.919)	(9.155)	-	-	-	-	-	-	-	(14.074)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	11.429	27.003	2.139	3.312	24.784	3.030	3.704	9.803	199	85.403
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	11.429	34.567	13.693	5.920	62.374	11.630	53.350	29.941	199	223.103
Depreciação acumulada	-	(7.564)	(11.554)	(2.608)	(37.590)	(8.600)	(49.646)	(20.138)	-	(137.700)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	11.429	27.003	2.139	3.312	24.784	3.030	3.704	9.803	199	85.403
Movimentações										
Aquisições	-	-	1.201	393	211	178	1.097	5.897	71	9.048
Alienações	-	-	(24)	(1)	(284)	-	-	(8)	-	(317)
Transferências (iii)	-	-	-	-	-	-	-	11	(78)	(67)
Depreciação	-	(1.383)	(771)	(500)	(2.707)	(624)	(1.725)	(4.635)	-	(12.345)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.429	25.620	2.545	3.204	22.004	2.584	3.076	11.068	192	81.722
Saldos em 31 de dezembro de 2020										
Custo	11.429	34.566	14.820	6.311	61.435	11.805	54.327	35.079	192	229.964
Depreciação acumulada	-	(8.946)	(12.275)	(3.107)	(39.431)	(9.221)	(51.251)	(24.011)	-	(148.242)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	11.429	25.620	2.545	3.204	22.004	2.584	3.076	11.068	192	81.722

- (i) As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).
- (ii) O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.
- (iii) Transferência para o intangível, no montante de R\$ 67 referente a licença de software.

Consolidado										
	Terrenos	Edifícios	Computadores e periféricos	Instalações	Veículos	Máquinas e equipamentos/ferramentas	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios e embalagens e outros (i)	Imobilizado em andamento (ii)	Total
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2019	60.073	62.997	3.093	8.768	36.153	4.668	7.665	10.148	8.601	202.166
Movimentações										
Aquisições	4.932	4.482	1.020	1.697	10.237	1.080	1.844	4.743	1.773	31.808
Alienações	(656)	-	(27)	(1.417)	(1.988)	(92)	(24)	(111)	-	(4.315)
Transferências	-	7.656	12	1.395	55	177	418	23	(9.736)	-
Depreciação	-	(3.384)	(1.409)	(1.521)	(5.229)	(1.216)	(3.672)	(4.195)	-	(20.626)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019	64.349	71.751	2.689	8.922	39.228	4.617	6.231	10.608	638	209.033
Saldos em 31 de dezembro de 2019										
Custo	64.349	83.325	19.267	15.310	88.693	18.046	72.075	32.071	638	393.774
Depreciação acumulada	-	(11.574)	(16.578)	(6.388)	(49.465)	(13.429)	(65.844)	(21.463)	-	(184.741)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	64.349	71.751	2.689	8.922	39.228	4.617	6.231	10.608	638	209.033
Movimentações										
Aquisições (iii)	288	3.665	1.208	1.137	1.738	201	1.637	5.904	146	15.924
Alienações (iv)	(1.500)	-	(24)	(1.753)	(284)	-	(90)	(11)	-	(3.662)
Transferências (v)	-	-	30	-	30	-	-	11	(138)	(67)
Depreciação	-	(3.440)	(1.173)	(1.382)	(4.013)	(1.109)	(3.176)	(4.813)	-	(19.106)
Outros	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(5)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	63.137	71.971	2.730	6.924	36.699	3.709	4.602	11.699	646	202.117
Saldos em 31 de dezembro de 2020										
Custo	63.137	86.985	20.431	12.223	88.287	18.238	71.491	37.210	646	398.648
Depreciação acumulada	-	(15.014)	(17.701)	(5.299)	(51.588)	(14.529)	(66.889)	(25.511)	-	(196.531)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	63.137	71.971	2.730	6.924	36.699	3.709	4.602	11.699	646	202.117
(i)	As adições em móveis, utensílios, embalagens e outros no exercício findo estão substancialmente representadas por materiais de embalagens (divisão de logística integrada - segmento industrial).									
(ii)	O imobilizado em andamento refere-se principalmente a obras e benfeitorias em curso.									
(iii)	Inclui R\$ 1.093, referente a aporte de capital realizado na controlada indireta “Fastline”.									
(iv)	Inclui R\$ 1.755 referente a desmobilização de armazém ocasionado pela mudança de localidade da operação da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda, sendo R\$ 1.670 em instalações e R\$ 85 em benfeitorias em propriedade de terceiros.									
(v)	Inclui transferência para o intangível, no montante de R\$ 67 referente a licença de software.									

Os montantes de depreciação e amortização foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Depreciação	(12.345)	(13.709)	(19.106)	(20.626)
Amortização	(4.003)	(4.798)	(4.319)	(5.184)
Total	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)

Os montantes de depreciação e amortização segregados entre custos e despesas foram registrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(12.932)	(14.924)	(19.824)	(22.012)
Despesas gerais e administrativas	(3.416)	(3.583)	(3.601)	(3.798)
Total	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)

11 Intangível

Política contábil

Reconhecimento e Mensuração

Ágio

O ágio (“*goodwill*”) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida, sendo registrado como “Ativo intangível” nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (“*impairment*”) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas Controladas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de reconhecimento são atendidos. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

	Controladora							
	2018	Adição	Amortização	2019	Adição	Transferência (i)	Amortização	2020
Software	11.354	4.178	(4.798)	10.734	3.752	67	(4.003)	10.550
Ágio pago na aquisição de investimentos								
Nortev	120.877	-	-	120.877	-	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	32.791	-	-	-	32.791
	165.022	4.178	(4.798)	164.402	3.752	67	(4.003)	164.218

	Consolidado									
	2018	Adição	Amortização	Baixa	2019	Adição	Transferência (i)	Amortização	Baixa (ii)	2020
Software	12.422	4.197	(5.184)	(21)	11.414	3.857	67	(4.319)	(282)	10.737
Ágio pago na aquisição de investimentos										
Nortev	120.877	-	-	-	120.877	-	-	-	-	120.877
Boni Amazon	32.791	-	-	-	32.791	-	-	-	-	32.791
Tegma Cargas Especiais Ltda.	6.364	-	-	-	6.364	-	-	-	-	6.364
	160.032	-	-	-	160.032	-	-	-	-	160.032
Líquido	172.454	4.197	(5.184)	(21)	171.446	3.857	67	(4.319)	(282)	170.769

(i) Transferência do imobilizado, no montante de R\$ 67, referente a licença de software.

(ii) Montante referente a desmobilização de armazém ocasionado pela mudança de localidade da operação da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda.

Testes por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional. Os testes do ágio para verificação de *impairment* foram efetuados para os seguintes investimentos considerados relevantes:

	2020	2019
Nortev (automotivo)	120.877	120.877
TCE/Boni Amazon (logística integrada)	39.155	39.155
GDL Gestão de Desenvolvimento em Logística Participações S.A	16.693	16.693

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são as que seguem:

	2020	2019
PIB (i)	2,50%	2,50%
Inflação anual (ii)	3,27%	3,80%
Crescimento perpetuidade (iii)	2,40%	2,50%
Taxa de desconto (iv)	9,74%	10,05%
Taxa de desconto (v)	12,54%	10,95%

- (i) Média de projeção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para os próximos 10 anos, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (ii) Média de projeção do crescimento do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) para os próximos 10 anos, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil;
- (iii) Taxa de crescimento baseada nas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB);
- (iv) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (Nortev e TCE/Boni).
- (v) Taxa de desconto nominais apurada conforme avaliação de custo de capital da companhia (GDL).

O valor a recuperar calculado com base no valor em uso, das três UGCs, foi superior ao valor contábil, mesmo considerando em cenário com a taxa de desconto aumentando de 1 p.p. e a taxa de crescimento na perpetuidade reduzindo 1 p.p. para as três UGCs. Nesse sentido, não houve necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no ano de 2020.

A Companhia revisa os testes de ágio anualmente.

12 Empréstimos e financiamentos

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas Controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Empréstimos e financiamentos - moeda local		
NCE - Nota de crédito de exportação (a.i)	80.940	33.802
Resolução 4131 (a.iii)	82.708	-
CCB (a.iv)	5.116	-
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira		
Resolução 4131 (a.ii)	-	57.220
Total dos empréstimos e financiamentos	168.764	91.022
(-) Circulante	43.764	61.022
Não circulante	125.000	30.000
Debêntures (b)		
Total de debêntures	25.047	50.135
(-) Circulante	25.047	25.130
Não circulante	-	25.005
Empréstimos e financiamentos	193.811	141.157
Instrumentos financeiros derivativos - swap (ativo)	-	(3.739)
(-) Circulante (i)	-	(3.739)
Empréstimos e financiamentos líquido de swap	193.811	137.418

Considerando os empréstimos bancários e as debêntures, o custo médio total da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi de CDI + 2,92% (CDI +1,41% em dezembro 2019).

a. Empréstimos bancários

(i) NCE – Nota de crédito de exportação

Em junho de 2017, a Companhia firmou contrato com o Banco Safra S.A. no montante de R\$ 10.000, com vencimento do principal em 3 parcelas iguais, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em junho de 2019, o segundo em dezembro de 2019 e a última parcela em junho de 2020. Os pagamentos de juros foram semestrais a partir de dezembro de 2017. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 2,65% ao ano (sem *flat fee*). Esse contrato foi integralmente quitado em junho de 2020.

Em março de 2019, a Companhia, firmou contrato com o Banco Bradesco S.A., também sem garantia real, no montante de R\$ 30.000, com vencimentos do principal em 3 parcelas iguais (março de 2022, março de 2023 e abril 2024) e pagamentos de juros semestrais a partir de setembro de 2019. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 1,14 % ao ano. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2020 é de 3,04% ao ano (5,54% em dezembro de 2019). Essa operação não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*).

Em abril de 2020, a Companhia firmou contrato com o Banco Itaú S.A. no montante de R\$ 50.000 com vencimento do principal no final do contrato em abril de 2022 e pagamentos de juros semestrais a partir de outubro de 2020, sem garantias atreladas. A taxa de juros negociada foi de CDI do período mais 3,8% ao ano. Em dezembro de 2020 a taxa de juros desse contrato é de 5,70% ao ano.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e

LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

⁽¹⁾ LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

(ii) Resolução 4131

Em agosto de 2018 a Companhia firmou contrato de empréstimos em dólares americanos no montante de US\$ 13.441, equivalente a R\$ 50.000, na data da transação, com o agente financiador Itaú BBA Internacional PLC, sem garantias reais atreladas, com pagamento do principal no final do contrato em agosto de 2020 e juros em dezembro de 2018, fevereiro de 2020 e agosto de 2020.

Para proteção cambial do empréstimo a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo, *swap* de fluxo de caixa, com Itaú Unibanco S.A. no mesmo montante e vencimentos, trocando a exposição da variação da moeda US\$ mais taxa prefixada de 4,89% ao ano, pela variação do CDI mais 0,89 % ao ano, e com isso, cedendo os direitos creditórios da operação de *swap* como garantia ao credor do empréstimo em dólares americanos. Em agosto de 2020, esse contrato foi integralmente quitado.

Em abril de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40.000, com vencimento do principal e juros no final ao final do contrato em abril de 2021, sem garantias reais atreladas e taxa de juros de CDI do período mais 4,0% ao ano. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de *swap* de forma a eliminar qualquer exposição cambial. A taxa de juros desse contrato é de 5,90% ao ano em dezembro de 2020. Essa operação não possui nenhuma cláusula restritiva (*covenants*).

Em julho de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Santander S.A. no montante de R\$ 40.000, com pagamentos de juros semestrais a partir de janeiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em julho de 2023, sem garantia real atrelada e taxa de juros de CDI + 2,66% a.a. A taxa de juros desse contrato é de 4,56% ao ano em dezembro de 2020. A operação inclui implicitamente a contratação de instrumento financeiro derivativo de *swap* de forma a eliminar qualquer exposição cambial.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

⁽¹⁾ LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

(iii) CCB – Cédula de crédito bancário

Em julho de 2020 a Companhia firmou contrato de empréstimo em reais com o Banco Safra S.A. no montante de R\$ 5.000, com pagamentos de juros semestrais a partir de fevereiro de 2021, pagamento do principal no final do contrato em agosto de 2023, sem garantia real atrelada e taxa de juros de CDI + 2,91% a.a. (a operação é isenta de IOF conforme Decreto 10.414 de 02.07.2020). A taxa de juros desse contrato é de 4,81% ao ano em dezembro de 2020.

Essa operação está sujeita à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA ⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

⁽¹⁾ LAJIDA - resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

b. Debêntures

Em 2013, a Companhia emitiu debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações e da espécie quirografária (1ª emissão R\$ 200.000, e 2ª emissão de R\$ 150.000). Os recursos líquidos obtidos são integralmente destinados a negócios de gestão ordinária da Companhia, como pagamento de dívidas já contraídas pela Companhia e reforço do caixa.

As debêntures têm como característica o pagamento de juros semestrais. Na 1ª emissão, os juros tinham previsão de pagamento nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano. Já na 2ª emissão, a previsão era de pagamento dos juros nos dias 15 de dezembro e 15 de junho de cada ano.

O valor nominal das debêntures da 1ª emissão, emitidas em duas séries, já foi totalmente amortizado. Na primeira série as amortizações ocorreram em 15 de fevereiro de 2016 (33,33%), 15 de fevereiro de 2017 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2018 (33,34%); já na segunda série, as amortizações foram em 15 de fevereiro de 2017 (33,33%), 15 de fevereiro de 2018 (33,33%) e 15 de fevereiro de 2019 (33,34%).

Na 2ª emissão, também emitidas em duas séries, para ambas as séries a primeira amortização ocorreu em 15 de dezembro de 2016 (33,33%) e a segunda amortização, prevista originalmente para 15 de dezembro de 2017, ocorreu de forma antecipada em 28 de setembro de 2017 (33,33%). Com relação a última parcela prevista originalmente para 15 de dezembro de 2018, houve uma repactuação, e o valor correspondente a 33,34 % da emissão, foi prorrogado na proporção de 50 % para 31 de julho de 2020, já quitada, e 50 % para 31 de julho de 2021, conforme aprovação por assembleia geral dos debenturistas realizada em 25 de setembro de 2017. A taxa de juros negociada nessa repactuação foi de CDI do período mais 2% ao ano. A taxa de juros desse contrato em dezembro de 2020 é de 3,90% ao ano (6,4% em dezembro de 2019).

Série	Tipo	Valor emissão	Debêntures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário	Controladora e Consolidado	
				Emissão	Vencimento			2020	2019
2ª emissão - 1ª série	Simple	80.000	8.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	13.358	26.739
2ª emissão - 2ª série	Simple	70.000	7.000	15/12/2013	31/07/2021	DI + 2,00%	10	11.689	23.396
							Circulante	25.047	25.130
							Não circulante	-	25.005

As emissões de debêntures também estão sujeitas à antecipação de vencimento caso não sejam mantidos os seguintes índices de endividamento e cobertura de juros: (i) dívida líquida/LAJIDA⁽¹⁾ igual ou inferior a 2,50 e LAJIDA/despesa financeira líquida superior ou igual a 1,50. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com estas cláusulas.

Cronograma dos vencimentos não circulantes

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
13 a 24 meses	60.000	25.005
25 a 36 meses	55.000	10.000
37 a 48 meses	10.000	10.000
49 a 60 meses	-	10.000
Total	125.000	55.005

Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Segue a movimentação para os exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora e Consolidado
Empréstimos e financiamentos	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	91.022
Captação	135.000
Juros apropriados	7.855
Pagamento de principal	(74.699)
Juros pagos	(6.526)
Variação Cambial	16.112
Saldo em 31 de dezembro de 2020	168.764
Debêntures	
Saldo em 01 de janeiro de 2020	50.135
Juros apropriados	1.979
Pagamento de principal	(25.005)
Juros pagos	(2.062)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	25.047
Total	193.811

	Controladora e Consolidado
Empréstimos e financiamentos	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	62.117
Captação	30.000
Juros apropriados	4.762
Pagamento de principal	(6.667)
Juros pagos	(1.829)
Variação Cambial	2.639
Saldo em 31 de dezembro de 2019	91.022
Debêntures	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	98.083
Juros apropriados	4.423
Pagamento de principal	(46.676)
Juros pagos	(5.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	50.135

Total	141.157
--------------	----------------

13 Salários e encargos sociais

Política contábil

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia e suas Controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Férias a pagar	8.819	10.778	10.597	12.672
INSS	1.912	2.457	2.333	2.925
Gratificações e participação nos lucros a pagar	5.718	8.386	6.150	8.814
FGTS	551	696	684	766
Outras	876	939	977	1.086
Total	17.876	23.256	20.741	26.263

(ii) Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas Controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A lei nº 9.656/98 prevê que os empregados demitidos e/ou aposentados que contribuem com o custeio do plano privado de saúde possuem o direito de utilizar as mesmas condições de cobertura assistencial concedido pela Companhia e suas Controladas conforme as disposições legais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu a provisão do passivo atuarial no montante R\$ 2.450.

As principais hipóteses e dados demográficos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são a seguir resumidas:

	2020
Taxa de desconto	7,43% a.a.
Inflação Médica (HCCTR)	6,61% a.a.
Inflação de longo prazo	3,50% a.a.
Taxa de desligamento	25 % ao ano
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstrado a seguir:

	Taxa de juros		HCCTR	
	0,50%	(0,50%)	0,50%	(0,50%)
Obrigação Atuarial	(890)	953	621	(518)
Custo dos juros	5	(5)	(100)	(38)

A Companhia reconhece as perdas atuariais decorrentes de premissas atuariais diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, líquido de imposto de renda diferido apenas ao final do exercício, quando é auferido o cálculo atuarial por consultor independente.

14 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas Controladas têm uma obrigação presente em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências existentes, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A mesma sistemática se aplica aos honorários advocatícios sobre as discussões administrativas ou judiciais sobre as referidas obrigações, ou seja, quando provável o êxito da Companhia em determinada discussão, os valores a serem pagos a título de honorários advocatícios são passíveis de provisão. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. Os depósitos judiciais são classificados no ativo não circulante e não são compensados com as referidas provisões.

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento que totalizavam, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 640.894 (R\$ 640.391 em 31 de dezembro de 2019) Controladora e R\$ 655.900 (R\$ 659.433 em 31 de dezembro de 2019) Consolidado, e está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa, como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes valores contemplam todos os processos classificados como prováveis, possíveis e remotos. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração na medida em que há expectativa de desembolso futuro, amparada em opinião de seus consultores jurídicos externos.

Os valores mencionados acima se dividem conforme indicado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prováveis	30.151	30.606	33.878	35.266
Possíveis	81.376	88.672	87.818	97.237
Remotos	529.367	521.113	534.204	526.930
Total	640.894	640.391	655.900	659.433

Provisões constituídas com base nas perdas prováveis

As provisões constituídas e correspondentes depósitos judiciais, quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	7.546	7.211	11.533	11.451
Tributárias	1.608	1.608	-	-
Cíveis (i)	2.667	2.667	18.618	19.155
Total	11.821	11.486	30.151	30.606

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para demandas judiciais	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	10.656	9.968	14.353	15.206
Tributárias	1.608	1.608	1	1
Cíveis (i)	2.876	2.876	19.524	20.059
Total	15.140	14.452	33.878	35.266

(i) Contém provisão decorrente da combinação de negócios, conforme detalhado a seguir:

O contrato de compra e venda da Direct Express, firmado entre a Companhia e 8M Participações prevê que a Companhia somente estará obrigada a indenizar a 8M Participações por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos anteriores à data da compra, que superem no seu valor agregado R\$ 40.000. Por outro lado, a 8M Participações obriga-se a indenizar a Companhia por eventuais demandas judiciais correspondentes a fatos posteriores à data da compra. No exercício de 2017, o montante das obrigações pagas pela 8M Participações indenizáveis pela Companhia superaram o valor agregado. Em dezembro de 2020 o saldo desta provisão totaliza R\$ 15.110 (R\$ 18.611 em dezembro de 2019).

Abaixo segue a movimentação da provisão para os exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	30.606	35.266
Constituição	14.819	14.966
Constituição INSS FAP	329	329
Demandas judiciais a pagar	(119)	(221)
Baixa por depósito judicial	(211)	(232)
Pagamento	(15.273)	(16.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	30.151	33.878

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	34.419	44.444
Constituição	18.156	20.682
Constituição INSS FAP	418	418
Demandas judiciais a pagar	(2.122)	(2.122)
Baixa por depósito judicial	(924)	(1.186)
Pagamento	(19.341)	(26.970)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.606	35.266

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia e suas Controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda possível classificado pela Administração e por seus consultores legais, conforme demonstramos os montantes abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	35.502	38.703	36.556	40.235
Tributárias	35.059	28.869	40.295	35.636
Cíveis	10.815	21.100	10.967	21.366
Total	81.376	88.672	87.818	97.237

a Trabalhistas e previdenciárias

Referem-se principalmente a casos relacionados com operações descontinuadas, bem como casos em que a Companhia e suas controladas respondem solidariamente com prestadoras de serviços terceirizados.

b Tributárias

As principais naturezas das discussões tributárias são: (i) questionamentos relativos a eventuais não recolhimentos de ISS e ICMS; e (ii) questionamentos relativos a origem de créditos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensações de débitos tributários.

A principal demanda, decorre de parte de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP através de autos de infração emitidos entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2020 o montante atualizado dessa parcela da demanda é R\$ 7.666 (R\$ 7.127 em 31 de dezembro de 2019). Tal valor tem como base apenas a receita auferida pela filial de Mauá/SP e não a receita equivocadamente arbitrada pela fiscalização.

c Cíveis

As principais ações indenizatórias correspondem a danos materiais, morais e pensionamento em virtude de acidentes de trânsito, envolvendo transportadoras subcontratadas pela Companhia e suas controladas.

Perdas remotas não provisionadas no balanço

As ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda remota classificado pela Administração e por seus consultores legais em 31 de dezembro de 2020 totalizam R\$ 529.367 na Controladora (R\$ 521.113 em 31 de dezembro de 2019) e R\$ 534.204 no Consolidado (R\$ 526.930 em 31 de dezembro de 2019).

- a. A principal demanda na esfera tributária decorre de parcela de uma cobrança efetuada pela fiscalização do ISS no município de Mauá/SP conforme citado acima, com valor total de R\$ 472.772

(R\$ 444.080 em dezembro de 2019), no qual o município considerou de forma equivocada a receita bruta total auferida pela Companhia, e não somente a da filial de Mauá/SP que deveria ser a base da respectiva fiscalização. Neste contexto, com base no parecer dos advogados, a Companhia considera como perda remota o valor de R\$ 465.106 (R\$ 436.953 em dezembro de 2019, a variação do saldo refere-se atualização pela aplicação do índice IPCA acrescido 1% a.m.). Em fevereiro de 2018 a defesa da Companhia foi apresentada na esfera administrativa e toda a documentação suporte adicional foi disponibilizada ao município. Em 04 de julho de 2019 a Secretaria de Finanças do município solicitou informações adicionais, as quais foram disponibilizadas em 15 de agosto de 2019. Desde então não houve qualquer manifestação da Secretaria de Finanças da prefeitura do município de Mauá. Aguardamos julgamento em primeira instância administrativa.

- b. Em dezembro de 2017, a Companhia identificou com o apoio de especialistas independentes, oportunidades tributárias referentes a créditos de PIS e COFINS sobre os gastos incorridos na subcontratação de empresas de transporte e itens do imobilizado aos últimos 5 anos de operações. A Companhia realizou a retificação de suas Declarações de Débitos e Créditos de Tributos Federais – DCTFs com a finalidade de alocar esses valores de créditos de PIS e COFINS. Durante o ano de 2018, a Companhia e sua controlada Tegma Cargas Especiais (TCE) receberam despachos decisórios da Receita Federal do Brasil referentes à não homologação das compensações de débitos tributários dos respectivos créditos. Importante mencionar que não houve questionamento do mérito da origem do crédito, mas sim uma discrepância entre cruzamento de obrigações acessórias. A Companhia apresentou manifestações de inconformidade na esfera administrativa no decorrer do exercício de 2018. Os assessores da Companhia classificaram as chances de perda como “remota”. O valor na controladora é R\$ 39.343 e no consolidado R\$ 42.220 (R\$ 38.486 na controladora e R\$ 41.300 no consolidado, em dezembro de 2019).

Outros temas

a Terço constitucional de férias

O Supremo Tribunal Federal - STF finalizou, em 28/08/2020, o julgamento do Recurso Extraordinário 1.072.485/PR (Tema 985 da Repercussão Geral) que considerou constitucional a incidência da contribuição previdenciária patronal (em regra, de 20%) sobre os valores pagos aos empregados a título de terço constitucional de férias. A Companhia possui liminar vigente em ação própria sobre o tema junto à Justiça Federal no Estado de São Paulo que assegura o seu direito ao não recolhimento dessa contribuição. A Companhia aguarda modulação dos efeitos do julgamento do STF, decorrente de pedido realizado em sede embargos de declaração ainda pendente de julgamento.

b Contribuição sobre salário maternidade

A Companhia possui ação judicial, com ingresso em 2005, para fins de garantir o seu direito de não recolhimento da contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de salário maternidade às suas funcionárias. Com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, em agosto de 2020, do processo com repercussão geral sobre o tema favorável ao contribuinte, a Companhia obterá muito possivelmente julgamento favorável em seu próprio processo. Dessa forma, a Companhia poderá, a partir do trânsito em julgado favorável em sua ação, realizar a restituição e/ou compensações tributárias dos valores pagos dessa contribuição no passado. Esses valores estão sendo levantados pela Companhia com base em documentos comprobatórios próprios de declarações e recolhimentos.

c Crédito de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base cálculo

A Controlada Tegma Cargas Especiais Ltda. possui ação sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS em andamento. O valor estimado do crédito atualizado é de cerca de R\$

12.500 a partir do cálculo com a exclusão do ICMS destacado e cerca de R\$ 10.000 a partir do cálculo com a exclusão do ICMS pago. A metodologia de cálculo dependerá da decisão do processo no seu trânsito em julgado e, principalmente, no julgamento dos embargos de declaração pelo STF no processo com repercussão geral sobre o tema. Nenhum valor foi contabilizado pela Controlada.

15 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços. A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, está limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro real futuro.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, por provisão, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	83.794	261.344	97.052	265.298
Alíquota nominal combinada imposto sobre a renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto sobre a renda e contribuição social pela alíquota nominal	(28.490)	(88.857)	(32.998)	(90.201)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	11.887	7.142	2.134	1.015
Outras diferenças permanentes	(731)	(628)	(903)	(5.702)
Incentivos fiscais	4.941	6.031	5.486	6.551
Juros sobre capital próprio	1.907	8.804	1.907	8.804
Outros	318	136	831	8.207
Imposto sobre a renda e contribuição social no resultado	(10.168)	(67.372)	(23.543)	(71.326)
Corrente	(12.852)	(67.364)	(23.237)	(72.099)
Diferido	2.684	(8)	(306)	773
Taxa efetiva	12,1%	25,8%	24,3%	26,9%

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	2.378	-	10.807	10.298
Base negativa da contribuição social	856	-	4.004	3.820
<i>Diferenças temporárias</i>				
Provisões para PLR e gratificação	1.944	2.851	2.091	2.997
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	82	60	98	75
Provisões para demandas judiciais	10.251	10.406	11.519	11.990
Provisões para fretes a pagar	1.108	1.211	1.371	1.211
Provisão de pedágios a pagar	1.218	676	1.346	859
Provisão <i>cut-off</i>	1.532	1.790	1.532	1.790
Passivo atuarial	833	-	833	-
Outras	6.683	6.676	8.932	8.980
Subtotal	26.885	23.670	42.533	42.020
Amortização de ágio fiscal (i)	(20.459)	(20.459)	(20.459)	(20.459)
Diferença de taxa de depreciação (ii)	(5.671)	(5.970)	(7.399)	(7.410)
Subtotal	(26.130)	(26.429)	(27.858)	(27.869)
Total	755	(2.759)	14.675	14.151

- (i) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurado na aquisição de controladas, já amortizado na sua totalidade.

- (ii) Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre a diferença de depreciação de bens do ativo imobilizado pela aplicação de taxas de depreciação diferentes para fins fiscais e contábeis.

A segregação do imposto de renda e contribuição social diferidos entre ativo e passivo por empresa está apresentado a seguir:

	Consolidado		
	2020		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	26.885	(26.130)	755
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	4.612	-	4.612
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	56	-	56
Tegma Logística de Veículos Ltda	1.867	(3)	1.864
Tegma Cargas Especiais Ltda.	9.092	(1.725)	7.367
TegUp Inovação e Tecnologia Ltda	21	-	21
Total	42.533	(27.858)	14.675

	Consolidado		
	2019		
	Ativo	Passivo	Ativo líquido
Tegma Gestão Logística S.A.	23.670	(26.429)	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	3.013	-	3.013
Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda.	55	-	55
Tegma Logística de Veículos Ltda	3.529	-	3.529
Tegma Cargas Especiais Ltda.	11.753	(1.440)	10.313
Total	42.020	(27.869)	16.910

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos para os exercícios de 2020 e 2019 é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(2.759)	14.151
Constituição – efeito resultado	2.684	(306)
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(3)	(3)
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	833	833
Saldo em 31 de dezembro de 2020	755	14.675

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(2.593)	13.536
Constituição – efeito resultado	(8)	773
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	(158)	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.759)	14.151

Os valores dos ativos em 31 de dezembro de 2020 apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	8.629	15.226
2022	4.564	10.078
2023	4.564	6.465
2024	4.564	5.382
Após 2025	4.564	5.382
	26.885	42.533

A Companhia e suas Controladas não possuem ativos diferidos que não tenham sido reconhecidos.

16 Demais contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Seguros	4.527	5.751	5.006	6.052
Pedágio	3.592	1.994	3.996	2.532
Benefícios	6.151	5.752	7.401	7.403
Movimentação de veículos e cargas	908	917	1.268	2.500
Aluguel	996	1.043	1.866	1.098
Serviços de consultoria	1.797	2.333	2.032	2.449
Vigilância	1.256	2.050	1.713	2.591
Manutenções diversas	1.178	873	2.306	1.119
Outros	3.649	2.872	5.000	3.893
Total	24.054	23.585	30.588	29.637

17 Patrimônio líquido

Política contábil

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido em uma conta redutora do capital, líquidos de impostos.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao montante mínimo obrigatório, conforme o estatuto social da Companhia, é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, sendo destacado em conta específica no patrimônio líquido denominada de “Dividendo adicional proposto”. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

A Companhia oferece aos seus executivos plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 318.524, dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é constituída da seguinte forma:

Categoria	Quantidade de ações	% Total
Mopia Participações e Empreendimentos Ltda.	15.396.481	23%
Cabana Empreendimentos e Participações Ltda.	4.817.704	7%
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.	13.207.034	20%
Outros acionistas controladores (pessoa física)	515.073	1%
Administradores	101	0%
Tesouraria	65.143	0%
Controladores, administradores e tesouraria	34.001.536	52%
Ações em circulação	32.001.279	48%
Total de Ações	66.002.815	100%

b. Reserva de capital - ágio na subscrição de ações

A reserva de capital da Companhia se originou da seguinte forma: (i) em 27 de abril de 2007, em assembleia dos acionistas foi aprovada a constituição da reserva de capital - ágio na subscrição de ações no montante de R\$2.245 e (ii) em 28 de junho de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 9.706.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$26,00 por ação, no contexto da oferta pública de ações, sendo destinado à conta de Capital Social o valor de R\$47.757 e o montante de R\$204.616 à conta "Reserva de capital", na forma do parágrafo único do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações.

Em razão do cancelamento das 2.547.145 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria ocorrido em 16 de dezembro de 2008, no valor de R\$32.806, o saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$174.055.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2020, com o objetivo de reforçar seu Capital Social e simplificar a estrutura do seu Patrimônio Líquido, foi aprovada pelos acionistas a integralização de R\$174.055 por meio da incorporação das reservas de capital - ágio na subscrição de ações, sem a emissão de novas ações, não havendo diluição dos acionistas. O capital social permaneceu dividido em 66.002.915 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse modo, em 31 de dezembro de 2020 não há mais saldos à conta "Reserva de capital".

c. Reservas de Lucro

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e/ou aumentar o capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui crédito presumido de ICMS no montante de 20% sobre o valor do débito do imposto, nos termos do Convênio CONFAZ ICMS 106/1996. No exercício 2020, o montante do crédito apurado foi R\$ 14.533 (R\$ 17.739 em dezembro de 2019). Esses montantes foram equiparados a uma subvenção de investimento, por meio da Lei Complementar nº160/2017 e destinados para reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei 6.404/76 e §§ 4º e 5º no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e remuneração de acionistas, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância do artigo 196, das Leis das Sociedades por Ações.

d. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, o saldo de ações em tesouraria corresponde a 65.143 ações ordinárias, no montante de R\$ 342.

e. Dividendos e juros sobre capital próprio

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado e (ii) 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominada "Dividendo adicional proposto". Quando deliberados pelo Conselho de Administração, os juros sobre capital próprio são computados aos dividendos do período.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2010, foi aprovada a adoção da política indicativa de distribuição de dividendos da Companhia, para que as futuras distribuições de dividendos, inclusive juros sobre o capital próprio, sejam realizadas no mínimo em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado conforme disposto nos artigos 193 a 203 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, as práticas contábeis brasileiras e as regras da Comissão de Valores Mobiliários.

O cálculo dos dividendos referente aos exercícios de 2020 e 2019 é assim demonstrado:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	73.626	193.972
Reserva legal	(3.681)	-
Reserva de incentivos fiscais	(14.533)	(17.739)
Base de cálculo	55.412	176.233
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	13.853	44.058
Dividendos intercalares pagos	16.823	56.448
Juros sobre capital próprio intercalares pagos	5.608	18.816
Dividendos adicionais propostos	9.406	-
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	3.135	-
	34.972	75.264
Porcentagem sobre a base de cálculo	63%	43%

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2019, foi aprovada a proposta da Administração de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que resultou na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio complementar de R\$ 28.306, aos

acionistas da Companhia, sendo R\$ 21.229 em dividendos e R\$ 7.077 em juros sobre capital próprio, ambos pagos em 7 de maio de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de agosto de 2019 foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no valor de R\$ 22.176 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 7.392 referente ao exercício de 2019, ambos pagos em 16 de setembro de 2019.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de novembro de 2019, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 34.272 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 11.424 referente ao exercício de 2019, ambos pagos em 26 de novembro de 2019.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2020, foi aprovada a proposta da Administração em reter o saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não havendo distribuição de dividendos adicionais relacionados ao exercício por conta da pandemia do Covid-19, resultando assim em uma retenção de lucros no montante de R\$ 100.969.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de novembro de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 16.823 e juros sobre capital próprio intercalares no valor de R\$ 5.608 referente ao exercício de 2020, ambos pagos em 24 de novembro de 2020.

Em reunião realizada em 9 de março de 2021, os membros do Conselho de Administração da Companhia, manifestaram-se favoravelmente sobre a proposta de destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia.

f. Opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2011, foi aprovado o Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia para executivos da Companhia. As ações objeto do Plano deverão ser provenientes: (i) da emissão de novas ações ordinárias, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração; e/ou (ii) das ações ordinárias mantidas em tesouraria.

Atualmente não há programa de opções de compra em aberto.

g. Passivo atuarial

Decorre de ganhos e perdas decorrentes de provisão de benefícios pós-emprego. Esse componente é reconhecido em outros resultados abrangentes, porém nunca será reclassificado para o resultado em períodos subsequentes.

18 Informações por segmento de negócios

Política contábil

A Companhia classifica suas análises de negócios em: (i) logística automotiva, divisão que realiza transferência e distribuição de veículos zero-quilômetro e usados, transferências portuárias e gestão de estoques e de pátios de montadoras de veículos e serviços de preparação de veículos para venda, composto pela Controladora e suas Controladas Tegmax Comércio e Serviços Automotivos Ltda., Tech Cargo Plataforma de Transportes Ltda, Tegma Logística de Veículos Ltda., Niyati Empreendimentos e Participações Ltda. e a Fastline Logística Automotiva Ltda. e em (ii) logística integrada, divisão que realiza operações de transporte, armazenagem e gestão de estoque, para diversos segmentos de mercado como químico, eletrodoméstico e bens de consumo, composta por suas Controladas Tegma Cargas Especiais Ltda., Tegma Logística de Armazéns Ltda. e pela

Controladora. A Companhia inaugurou em 2018 a aceleradora de startups chamada de TegUP (TegUp Inovação e Tecnologia Ltda.) para fins de divulgação consideramos na divisão logística integrada.

	Consolidado					
	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita líquida dos serviços	845.658	1.190.147	166.377	157.173	1.012.035	1.347.320
Custos	(656.202)	(900.966)	(106.043)	(105.515)	(762.245)	(1.006.481)
Despesas operacionais	(93.109)	(44.162)	(2.698)	1.542	(95.807)	(42.620)
Despesas com depreciação e amortização (i)	(13.734)	(15.441)	(9.691)	(10.369)	(23.425)	(25.810)
Amortização direito de uso (ii)	(16.456)	(16.746)	(14.169)	(16.048)	(30.625)	(32.794)
Despesas financeiras	(32.062)	(21.154)	(1.177)	(2.679)	(33.239)	(23.833)
Receitas financeiras	22.579	44.127	1.503	2.403	24.082	46.530
Equivalência patrimonial	22.100	16.479	(15.824)	(13.493)	6.276	2.986
Imposto de renda e contribuição social	(10.862)	(67.939)	(12.681)	(3.387)	(23.543)	(71.326)
Lucro líquido do exercício	67.912	184.345	5.597	9.627	73.509	193.972

	Logística automotiva		Logística integrada		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativo circulante	462.374	396.409	55.333	52.663	517.707	449.072
Ativo não circulante	461.001	469.309	48.224	67.040	509.225	536.349
Total do ativo	923.375	865.718	103.557	119.703	1.026.932	985.421
Passivo circulante	184.868	242.596	20.977	26.119	205.845	268.715
Passivo não circulante	191.368	129.223	4.080	12.404	195.448	141.627
Total do passivo	376.236	371.819	25.057	38.523	401.293	410.342

- (i) R\$ 19.824 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 3.601 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2020 (R\$ 22.012 e R\$ 3.798, respectivamente, em dezembro de 2019), conforme nota explicativa nº 10.
- (ii) R\$ 29.831 refere-se a parcela da depreciação atribuída ao custo dos serviços prestados e R\$ 794 atribuída a despesas gerais administrativas em dezembro de 2020, (R\$ 31.982 e R\$ 812, respectivamente, em dezembro de 2019) conforme nota explicativa nº 26.

As receitas dos 6 maiores clientes representaram aproximadamente 76% do total das receitas.

Os serviços prestados pela divisão de logística automotiva e logística integrada são todos para clientes baseados em território nacional.

19 Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil

A Companhia e suas Controladas prestam serviços com foco nas áreas de gestão logística, transporte e armazenagem em diversos setores da economia, tais como: automotivo, bens de consumo, químico e eletrodomésticos. A receita de transporte é reconhecida ao longo do tempo, com base na estimativa da duração do percurso, (proporcionalmente à evolução das viagens). A receita de armazenamento é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Os preços de serviços são determinados com base em acordos ou conforme contratos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados

históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre as empresas.

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços logísticos	1.033.861	1.458.445	1.215.760	1.616.745
Serviços de armazenagem	-	-	35.004	36.565
Receita bruta de serviços	1.033.861	1.458.445	1.250.764	1.653.310
Descontos, seguros e pedágio	(59.245)	(78.835)	(63.370)	(82.686)
	974.616	1.379.610	1.187.394	1.570.624
Impostos incidentes	(146.179)	(197.708)	(175.359)	(223.304)
Receita líquida de serviços	828.437	1.181.902	1.012.035	1.347.320

20 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo dos serviços prestados	(673.099)	(920.319)	(811.900)	(1.060.475)
Despesas gerais e administrativas	(81.697)	(83.190)	(83.274)	(84.959)
Despesas comerciais	(435)	(478)	(866)	(478)
Total	(755.231)	(1.003.987)	(896.040)	(1.145.912)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de fretes – agregados	(562.353)	(786.806)	(640.547)	(851.992)
Salários	(60.180)	(75.424)	(72.288)	(86.516)
Encargos sociais	(33.302)	(40.800)	(40.777)	(47.884)
Serviços terceirizados (i)	(48.242)	(49.488)	(54.756)	(56.256)
Alugueis e leasing	(5.029)	(7.088)	(5.927)	(8.657)
Depreciação e amortização	(16.348)	(18.507)	(23.425)	(25.810)
Amortização direito de uso	(19.712)	(20.007)	(30.625)	(32.794)
Benefícios a empregados	(19.093)	(23.703)	(24.063)	(28.798)
Custos variáveis	(4.788)	(7.682)	(8.063)	(25.892)
Outros gastos gerais	(8.002)	(9.935)	(12.138)	(12.911)
Manutenção	(11.165)	(13.792)	(15.965)	(18.927)
Combustíveis e lubrificantes	(5.557)	(8.657)	(6.378)	(9.408)
Utilidades	(3.012)	(3.918)	(4.511)	(5.669)
Comunicação	(2.508)	(2.464)	(2.893)	(2.898)
Outros gastos com pessoal	(4.661)	(7.555)	(6.700)	(9.447)
Custos rescisórios	(5.174)	(2.503)	(5.754)	(3.379)
Materiais	(1.822)	(2.767)	(3.084)	(4.164)
Despesa de viagem	(1.213)	(1.853)	(1.219)	(1.862)
Indenização de extravio	(474)	(384)	(313)	(642)
Contribuições e doações	(140)	(583)	(315)	(673)
Multas contratuais	(118)	(2)	(37)	(244)
Crédito PIS/COFINS	57.662	79.931	66.613	88.911
Reestruturação armazéns (ii)	-	-	(2.875)	-
Total	(755.231)	(1.003.987)	(896.040)	(1.145.912)

- (i) Inclui em 2020 o montante de R\$ 4.007 referente aos gastos com consultoria e honorários advocatícios advindo do processo do mandado de busca e apreensão de dados e documentos autorizado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de São Bernardo do campo em 17 de Outubro de 2019, conforme nota explicativa nº 1, sendo que até março de 2020 o valor foi de R\$ 3.317.
- (ii) Gastos com desmobilização de armazém decorrente da mudança da localidade da operação da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda.

21 Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Créditos fiscais extemporâneos (i)	-	56.475	-	56.475
Recuperação de despesas (ii)	497	2.197	902	4.206
Ajustes de estoques	-	-	(4)	(26)
Ganho (Perda) na venda de ativo imobilizado líquido	(226)	(961)	141	(2.888)
Baixa direito de uso / arrendamento	31	66	107	115
Constituição de provisões para demandas judiciais e indenizações pagas	(14.819)	(18.574)	(14.966)	(21.100)
Reestruturação armazéns (iii)	-	-	(2.345)	-
Outras	158	(300)	163	(684)
Outras receitas (despesas) líquidas	(14.359)	38.903	(16.002)	36.098

- (i) Crédito referente a exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).
- (ii) Referem-se a repasses de custos fixos operacionais de áreas sublocadas aos clientes.
- (iii) Gastos com desmobilização de armazém decorrente da mudança da localidade da operação da controlada Tegma Logística de Armazéns Ltda.

22 Receitas (despesas) financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras				
Resultado positivo de operação de <i>Swap</i>	16.319	1.662	16.319	1.662
Juros ativos (i)	1.391	37.548	1.851	38.282
Receita de aplicação financeira	4.655	5.772	5.912	6.586
Total	22.365	44.982	24.082	46.530
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos bancários	(9.834)	(9.185)	(9.834)	(9.185)
Despesas bancárias	(1.217)	(1.709)	(1.255)	(1.754)
Perdas cambiais	(15.854)	(2.446)	(15.856)	(2.488)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4.682)	(4.339)	(5.451)	(6.440)
Juros passivos	(182)	(1.531)	(224)	(1.669)
Outras despesas financeiras	(544)	(2.155)	(619)	(2.297)
Total	(32.313)	(21.365)	(33.239)	(23.833)
(Despesas) receitas financeiras líquidas	(9.948)	23.617	(9.157)	22.697

- (i) Inclui em 2019 montante de R\$ 34.916 oriundo da atualização monetária do principal do crédito referente à exclusão do ICMS nas apurações de PIS e COFINS, conforme citado na nota explicativa nº 8 item (i).

23 Resultado por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício:

	2020	2019
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	73.626	193.972
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação milhares	65.938	65.938
Lucro básico por ação R\$	1,12	2,94

b. Lucro básico e diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos.

Em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui qualquer fator diluidor em relação ao básico. Dessa forma, o lucro diluído por ação em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 é igual ao lucro básico por ação, de R\$ 1,12 e R\$ 2,94 respectivamente.

24 Partes relacionadas

A Companhia realiza no curso normal de seus negócios, operações de transportes, aluguel de imóveis, entrega e inspeção de pré-entrega (*Pre-Delivery Inspection* - PDI) com partes relacionadas a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições compatíveis com as condições de mercado. A Companhia também realiza rateio de custos e despesas operacionais.

As principais transações com partes relacionadas são:

- (i) A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de armazenamento, transporte, revisão e entrega de veículos, bem como de revisão, entrega e inspeção de pré-entrega (Pre-Delivery Inspection - PDI) com algumas empresas do Grupo Itavema, empresas essas, relacionadas de forma direta e/ou indireta com a Companhia, através da sua Controladora Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”);
- (ii) A Companhia mantém com a Sinimbu Participações Societárias e Empreendimentos S.A. (“Sinimbu”) empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta às sociedades do grupo de controle da Companhia, Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”) e Cabana Empreendimentos e Participações Ltda. (“Cabana”), contrato de locação de imóvel comercial localizados em São José dos Campos-SP. Em Outubro de 2019 essa locação foi integralmente transferida para a Companhia Savoy Imobiliária Construtora Ltda. por conta da venda desse imóvel. Dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e deixa de compor os saldos com partes relacionadas;
- (iii) A Companhia mantém com a Pactus Empreendimentos e Participações Ltda., sociedade sob controle comum da Companhia, contrato de locação de imóveis comerciais localizados em São Bernardo do Campo-SP e Gravataí-RS, dessa forma esse contrato enquadra-se na nova norma CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil;
- (iv) Conforme negociação entre a Companhia e a Holding Silotec na formação da *joint venture*, parte dos ativos da antiga controlada Tegma Logística Integrada S.A. deverão ser reembolsados a Tegma Gestão Logística S.A conforme sua realização. Do mesmo modo parte dos passivos deverão ser pagos pela Tegma Gestão Logística S.A. Parte dos valores negociados na formação da *joint venture* foi recebido em maio de 2019.
- (v) A Companhia disponibilizou recursos à Fundação Otacilio Coser (FOCO). A FOCO atua desde 1999 no fortalecimento dos elos entre comunidades, escolas e empresas por meio de programas de desenvolvimento de Comunidades Sustentáveis, Rede Escolaí e Blend Program. A Fundação é mantida pela COIMEXPAR, holding do Grupo COIMEX (controladora da Tegma), e atua em comunidades em São Paulo e no Espírito Santo.
- (vi) Empresa relacionada à acionistas da controlada indireta da Companhia “Fastline” (antiga Stork Express).

A Companhia mantém com a Renove Corretora de Seguros Ltda., empresa relacionada à acionistas controladores indiretos da Companhia, e de forma indireta à sociedade do grupo de controle da Companhia, a Mopia Participações e Empreendimentos Ltda. (“Mopia”), uma prestação de serviços administrativos que visa o auxílio administrativo na área de seguros, este serviço não é remunerado pela Tegma.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Ativo Circulante				
Grupo Itavema (i)	95	244	95	244
Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.		-	34	34
Tegma Logística Integrada S.A.	26	397	46	405
Tegma Cargas Especiais Ltda.	36	15	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	26	56	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	86	172	-	-
Catlog Logística de Transporte S.A.	6	-	6	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	1	1
Fastline Logística Automotiva Ltda.	54	-	-	-
Total Circulante	329	884	182	684
Ativo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (iv)	1.115	1.115	1.115	1.115
Títulos e valores mobiliários				
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	756	1.400
Rabbot Serviços de Tecnologia Ltda	-	-	3.200	1.200
Subtotal	-	-	3.956	2.600
Total Não Circulante	1.115	1.115	5.071	3.715
Total do ativo	1.444	1.999	5.253	4.399
Passivo circulante				
Tegma Logística de Armazéns Ltda	90	88	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	6	57	25	70
Tegma Logística de Veículos Ltda	-	3	-	-
Tegma Cargas Especiais Ltda.	10	-	-	-
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.		-	4	2
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	44	-	44	-
Subtotal	150	148	73	72
Arrendamento Mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	4.343	1.189	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	507	333	507	333
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	4.190	373	4.190	373
Subtotal	9.040	1.895	4.697	706
Total Circulante	9.190	2.043	4.770	778
Passivo Não Circulante				
Tegma Logística Integrada S.A. (iv)	539	542	559	542
Subtotal	539	542	559	542
Arrendamento Mercantil				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda	5.665	2.660	-	-
Tegma Logística Integrada S.A.	120	1.040	120	1.040
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	4.683	-	4.683	-
Subtotal	10.468	3.700	4.803	1.040
Total Não Circulante	11.007	4.242	5.362	1.582
Total do passivo	20.197	6.285	10.132	2.360

Resultado	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita de serviços prestados				
Grupo Itavema	511	1.394	511	1.394
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	-	-	18	17
Fastcar Transporte de Veículos e cargas Ltda. (vi)	527	-	527	-
Outras receitas operacionais				
Grupo Itavema	42	111	42	111
Tegma Logística Integrada S/A	279	255	402	438
Tegma Cargas Especiais Ltda.	168	172	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	284	187	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	1	622	-	-
Fastline Logística Automotiva Ltda.	30	-	-	-
	1.842	2.741	1.500	1.960
Despesas gerais e administrativas				
Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.	(3.386)	(3.226)	-	-
Tegma Logística Integrada S/A	(682)	(1.538)	(743)	(1.589)
Tegma Cargas Especiais Ltda.	(3)	(37)	-	-
Tegma Logística de Armazéns Ltda.	(437)	(568)	-	-
Tegma Logística de Veículos Ltda.	-	(427)	-	-
Pactus Empreendimentos e Participações Ltda. (iii)	(4.422)	(4.041)	(4.422)	(4.041)
Sinimbu Participações				
Societárias e Empreendimentos S.A. (ii)	-	(1.151)	-	(1.151)
Grupo Itavema	(2)	(17)	(2)	(17)
Frete Rápido Desenvolvimento de Tecnologia Logística S.A.	(8)	(14)	(32)	(55)
Rabbot Serviços de Tecnologia S.A.	(601)	(83)	(608)	(83)
Fundação Otacilio Coser (v)	(121)	(185)	(150)	(185)
	(9.662)	(11.287)	(5.957)	(7.121)

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente, os conselheiros, os diretores estatutários e eventuais pessoas relacionadas à acionistas controladores indiretos. A remuneração paga ou a pagar por serviços na condição de empregados está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Salários e encargos	(7.072)	(6.993)
Honorários de diretoria (Conselheiros)	(2.819)	(2.819)
Participação nos lucros	(1.969)	(2.402)
	(11.860)	(12.214)

25 Seguros

A Companhia e suas Controladas mantêm seguros, sendo a cobertura contratada, como indicado a seguir, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades:

- (a) Transporte de cargas - cobertura variando, conforme natureza e tipo de transporte, cobertura de até R\$1.700 para carga geral e para veículos de acordo com o modelo transportado, com vigência de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021.
- (b) Armazenagem de mercadorias, essa cobertura, de forma variável, conforme local e tipo de mercadoria, ficou estipulada no montante equivalente a R\$ 190.000, com vigência de 22 de abril de 2020 até 22 de abril de 2021.
- (c) Responsabilidade civil contra terceiros danos materiais, corporais, morais e acidentes pessoais - cobertura até R\$1.000, e no caso de frota de terceiros a cobertura é a mesma, com vigência de 30 de junho de 2020 até 30 de junho de 2021.
- (d) Frota de apoio - casco colisão, roubo e incêndio - 100% do valor de mercado tabela FIPE, com vigência de 7 de junho de 2020 até 7 de junho de 2021.
- (e) Demais bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, furto qualificado, danos elétricos e outros - cobertura compreensiva corporativa de R\$ 65.120 com vigência de 12 de maio de 2020 até 12 de abril de 2020, ocorreu uma prorrogação por 30 dias, como vencimento até 12 de maio de 2021.
- (f) Responsabilidade civil de administradores - cobertura de R\$63.000 com vigência de 29 de dezembro de 2020 até 29 de dezembro de 2021.
- (g) Seguro de Responsabilidade Riscos Ambientais – Cobertura R\$ 5.000 com vigência 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021.
- (h) Seguro de Proteção de dados e Responsabilidade Cibernética (Cyber Edge) - Cobertura R\$ 15.000, com vigência 30 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2021.

A Administração da Companhia, considerando os custos financeiros envolvidos na contratação de seguros para sua frota de caminhões e semirreboques, bem como a probabilidade da ocorrência de sinistros e seus eventuais impactos financeiros na operação, adota a política de não contratar essa proteção, mantendo, todavia, seguros para o ramo da responsabilidade civil contra terceiros, como mencionado anteriormente.

26 Arrendamento

O reconhecimento e a mensuração do ativo de direito e do passivo de arrendamento são efetuados de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento.

Os principais arrendamentos pela Administração, pois existe o direito de controlar o uso dos ativos por um determinado período de tempo, tratam-se de imóveis de terceiros, veículos e equipamentos ligados à operação e possuem variados prazos de vigência, com o último vencimento em janeiro de 2025.

A Companhia e suas Controladoras se valeram das isenções previstas, os arrendamentos de curto prazo e os contratos de ativos de baixo valor permanecem sendo contabilizados como “Alugueis e leasing” e podem ser observados na nota explicativa nº 20.

A mensuração inicial dos contratos de arrendamento foi reconhecida pelo valor presente das suas contraprestações à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo. A taxa nominal utilizada para o cálculo contempla a base de taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro e o spread de endividamento da Companhia.

A remensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso é realizada para os contratos que sofrem alterações e/ou atualizações, e sua remensuração é reconhecida no passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso no mesmo montante. Para os contratos que são reajustados anualmente por índices de inflação e não tiveram mudanças em seus prazos contratuais e em seu escopo, as taxas iniciais são mantidas. Já para os novos contratos, renovações contratuais e/ou alterações no escopo, a taxa é revisada e aplicada a cada contrato, considerando a taxa livre de risco referente ao período de cada contrato, adicionada do spread de endividamento da Companhia no momento da alteração. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas nos novos contratos e renovações, levando em conta os prazos contratuais:

Prazos Contratos	Taxa % a.a.
de 0 a 12 meses	6,94%
de 13 a 24 meses	7,47%
de 25 a 36 meses	6,13%
de 37 a 48 meses	7,78%
de 49 a 60 meses	8,12%
de 61 a 72 meses	8,73%

Quando ocorrem modificações no arrendamento que diminuam o âmbito do contrato há a remensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento refletindo a extinção parcial ou total do contrato, com isso é reconhecido o ganho ou a perda na demonstração do resultado.

Segue movimentação do ativo de direito de uso para os exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Movimentações				
Adoção inicial	50.524	2.378	759	53.661
Adição	21.990	375	112	22.477
Baixa	(749)	(19)	-	(768)
Amortização (i)	(19.988)	(1.315)	(309)	(21.612)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	51.777	1.419	562	53.758
Movimentações				
Adição	22.304	858	(100)	23.062
Baixa	(432)	(447)	-	(879)
Amortização (i)	(19.622)	(1.189)	(272)	(21.083)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	54.027	641	190	54.858

	Consolidado			
	Imóveis	Veículos	Maquinas e equipamentos	Total
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2018	-		-	-
Movimentações				
Adoção inicial	77.393	2.508	4.908	84.809
Adição	23.043	375	306	23.724
Baixas	(1.785)	(19)	(119)	(1.923)
Amortização (i)	(31.079)	(1.372)	(3.230)	(35.681)
Saldos líquidos em 1 de janeiro de 2020	67.572	1.492	1.865	70.929
Movimentações				
Adição	13.189	858	2.045	16.092
Baixa	(1.440)	(454)	(464)	(2.358)
Amortização (i)	(28.694)	(1.242)	(3.224)	(33.160)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020	50.627	654	222	51.503

- (i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados na amortização de direito de uso estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 21.083 na Controladora e R\$ 33.160 no Consolidado (respectivamente R\$ 21.612 e R\$ 35.681 em 2019), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 19.712 na Controladora e R\$ 30.625 no Consolidado (respectivamente R\$ 20.007 e R\$ 32.794 em 2019).

Segue movimentação do passivo de arrendamento para os exercícios de 2020 e 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2020	57.719	76.922
Adições	23.062	16.092
Baixas	(910)	(2.465)
Juros apropriados (i)	4.879	5.491
Pagamento do principal	(17.683)	(30.439)
Pagamento de juros	(4.362)	(5.060)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	62.705	60.541
	-	-
Circulante	23.975	26.980
Não circulante	38.730	33.561
	62.705	60.541
Saldo com terceiros	43.197	51.041
Saldo com partes relacionadas	19.508	9.500
	62.705	60.541

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Adoção inicial	53.661	84.809
Adições	22.477	23.724
Baixas	(834)	(2.038)
Juros apropriados (i)	4.557	6.515
Pagamento do principal	(17.917)	(29.994)
Pagamento de juros	(4.225)	(6.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	57.719	76.922
Circulante	14.910	28.867
Não circulante	42.809	48.055
	57.719	76.922
Saldo com terceiros	54.726	76.589
Saldo com partes relacionadas	2.993	333
	57.719	76.922

- (i) Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, os saldos patrimoniais apresentados em juros apropriados estão brutos de impostos (PIS e COFINS), sendo R\$ 4.879 na Controladora e R\$ 5.491 no Consolidado (respectivamente R\$ 4.557 e R\$ 6.515 em 2019), enquanto os montantes registrados no resultado são de R\$ 4.682 na Controladora e R\$ 5.451 no Consolidado (respectivamente R\$ 4.339 e R\$ 6.440 em 2019).

As parcelas vencíveis do não circulante, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos do arrendamento mercantil:

	Controladora (i)		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
13 a 24 meses	20.541	12.672	16.923	19.323
25 a 36 meses	12.152	13.071	10.688	12.676
37 a 48 meses	5.719	11.321	5.632	10.392
49 a 60 meses	318	5.448	318	5.367
61 a 72 meses	-	297	-	297
	38.730	42.809	33.561	48.055

- (i) Inclui R\$ 4.271 (R\$ 2.660 em 2019), referente ao passivo de arrendamento mercantil com a Controlada Niyati Empreendimentos e Participações Ltda.

A Companhia e suas Controladas reconhecem seus passivos de arrendamento pelo valor presente de suas contraprestações brutas, incluindo potenciais créditos de impostos que usufruirão no momento da quitação de cada parcela do arrendamento. Desse modo o potencial crédito tributário embutido no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso é de:

Fluxo de Caixa	Nominal	Ajustado Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	116.899	72.558
PIS / Cofins potencial (9,25%) (i)	9.363	5.783

- (i) Os contratos de veículos e com pessoas físicas não possuem crédito de PIS e COFINS.

Em conformidade com a Instrução CVM Ofício Circular 2/2019, a Companhia e suas Controladas não consideram a inflação futura projetada no valor presente dos pagamentos futuros para a mensuração e remensuração dos seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso. Levando

em conta que os prazos dos contratos de arrendamento são de no máximo 5 anos, não estimamos impactos relevantes nos saldos apresentados decorrente das atuais taxas de juros no mercado brasileiro.

27 Informação suplementar do fluxo de caixa

A preparação e apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, é efetuada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa.

Abaixo estão apresentadas suas informações adicionais:

	Controladora	Consolidado
Aquisição de imobilizado 2020 - não pagas	1.425	1.668
Aquisição de imobilizado 2019 - pagos	744	763
Aquisição de intangível 2020 - não pagas	126	126
Aquisição de intangível 2019 - pagos	294	294
Compensações de Imposto de renda e contribuição social correntes	45.796	46.247
Tributos diferidos sobre <i>hedge accounting</i>	3	3
Tributos diferidos sobre passivo atuarial	833	833
Adições IFRS 16	23.062	16.092
Aporte de Capital por meio de ativos	-	1.093
Baixa de imobilizado decorrente da desmobilização	-	2.037
Dividendos adicionais propostos	12.541	12.541

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Tegma Gestão Logística S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração e, considerando ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela BDO RCS Auditores Independentes em 09 de março de 2021, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição antecipada de dividendos e o orçamento de capital, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados e em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Bernardo do Campo, 9 de março de 2021

CONSELHEIROS

Marco Tulio Clivati Padilha

Mauro Stacchini Jr.

Rubens Barletta

Orçamento de capital proposto pela administração

A Companhia entende necessária a criação de um orçamento de capital no valor de R\$ 20.440 mil que irá perdurar pelo exercício social de 2021 para suportar os investimentos em imobilizado e intangível descritos na tabela abaixo que somam R\$ 33.700 mil, (em R\$ mil).

Alterações no cenário macroeconômico, condições de mercado, fatores operacionais, novas oportunidade de negócios, entre outros, envolvem riscos e incertezas e podem alterar materialmente os valores previstos neste orçamento de capital.

Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores 2020	R\$ 73.626
(-) Reserva de incentivos fiscais	R\$ 14.533
(-) Reserva legal	R\$ 3.681
(-) Total Distribuído (proventos)	R\$ 34.972
(=) Orçamento de capital 2021	R\$ 20.440
Total investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Imobilizado e intangível	R\$ 33.700
Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado	R\$ 13.900
Aquisição de equipamentos logísticos	R\$ 7.600
TI	R\$ 12.200
Origem dos recursos para investimentos previstos 2021	R\$ 33.700
Recursos Reservados p/ Orçamento de Capital 2021	R\$ 20.440
Recursos já existentes	R\$ 13.260

Descrição dos investimentos em imobilizado e intangível de 2021:

Manutenção e benfeitorias de ativo imobilizado: Melhorias em sites e revitalização de equipamentos de transportes de ambas divisões. Benfeitorias em pátio alugado que será um novo pátio de armazenamento e serviços de veículos.

TI: Implementação de RFID (*Radio-frequency identification*) na operação de eletrodomésticos e ampliação do sistema YMS (*Yard Management System*) em outros pátios da operação de logística automotiva, atualização de equipamentos e outros.

Aquisição de equipamentos logísticos: Renovação de parte da frota própria de equipamentos de transporte da operação de transporte de veículos e compra de embalagens para operação logística integrada para o setor de eletrodomésticos.